

---Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e onze e apreciação do Inventário do Património Municipal de todos os bens, direitos e obrigações, relativo ao exercício de dois mil e onze;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação das condições gerais para Concessão do Direito de Exploração de um espaço destinado à prestação de cuidados de fisioterapia e de saúde e bem-estar, localizado nas Piscinas Municipais;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Município de Óbidos.-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual autorização de repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – após aprovação de peças retificadas e da prorrogação do prazo de apresentação das propostas;-

---Ponto número seis – Apreciação e eventual autorização de repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – após aprovação de redução de prazo de execução;-----

---Ponto número sete – Para conhecimento, declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Município de Óbidos;-----

---Ponto número oito – Para conhecimento, declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Óbidos Patrimonium, E.E.M.;-----

---Ponto número nove - Para conhecimento, declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Óbidos Requalifica, E.E.M.;-----

---Ponto número dez – Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de dois mil e onze, da Óbidos Patrimonium, E.E.M., para conhecimento;-----

---Ponto número onze – Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de dois mil e onze, da Óbidos Requalifica, E.E.M, para conhecimento;-----

---Ponto número doze – Para conhecimento da deliberação da não adjudicação da Câmara Municipal

sobre o processo de alienação em Hasta Pública de três prédios urbanos sito na freguesia de São Pedro de Óbidos e proposta de nova alienação de um prédio urbano sito na freguesia de São Pedro de Óbidos;--

---Ponto número treze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro;-----

---Ponto número catorze – Período fora da Ordem do Dia – Intervenção do público.-----

----Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados José Ferreira de Sousa Coutinho, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, que foram substituídos pelos Senhores Deputados Floriano Rodrigues Almeida e José Carlos Correia Carvalho, respetivamente, Carlos Alberto Rodrigues Zina e das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria da Gama Lourenço, Sabrina M. P. P. Ribeiro e de Ana Catarina Brás de Carvalho.-

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a ata número um, de vinte e nove de fevereiro do corrente ano, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.--

---O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados José Ferreira de Sousa Coutinho, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, Carlos Alberto Rodrigues Zina e das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Ana Catarina Brás de Carvalho à presente reunião; Ofício da Assembleia da República sobre pagamento das senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal; Ofício do OesteCim informando da realização da próxima reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal; Ofício do IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, informando que teve início a inspeção ao cumprimento do POOC Alcobaça – Mafra, no troço compreendido entre o limite Norte do Município de Óbidos e o limite Sul do Município da Lourinhã; Convite do Oceanário. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Capinha disse que queria fazer uma referência ao décimo primeiro aniversário da elevação de Gaeiras a Vila, no passado dia dezanove de abril. Foi apresentada uma monografia da autoria do Senhor Eduardo João Silva, que faz parte da Assembleia Municipal, sobre a Vila de Gaeiras. Foi uma obra que teve o prefácio do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos. A obra exalta e louva a importância que esta localidade tem no Concelho de Óbidos e que teve muita receptividade nas comemorações, pois foram muitas as pessoas que foram assistir à apresentação da mesma e que se juntaram à comemoração. Acha que é muito proveitoso para o Concelho, para a localidade e do qual se devem orgulhar.-----

---O Senhor Deputado André Duque disse que se realizou mais uma grande atividade, que foi as Segundas Jornadas da Juventude, levadas a efeito nos dias dezanove, vinte e vinte e um de Março,

integradas na Semana Josefa de Óbidos, tendo-se, também, comemorado os vinte e cinco anos da escola Josefa de Óbidos. Nestas jornadas existiram diversas atividades, como workshops, paintball, conversas com profissionais das escolas e dos cursos profissionais, fóruns da juventude, mostras formativas, etc.. Os jovens que estiveram presentes só têm a ganhar com estas iniciativas. Enalteceu o facto dos Jovens Voluntários das Gaeiras terem constituído uma associação. Finalmente, são um grupo de jovens, presididos pelo Ricardo Duque, que está a liderar a associação de forma exemplar. Já conseguiu cerca de trinta e um elementos para constituir a sua equipa e estão, cada vez mais, a dinamizar o Concelho e isso é de louvar.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que é com tristeza que vê certas situações no Concelho, inclusive no Sobral da Lagoa, onde existem ruas, ainda, do tempo primitivo, que só dá para passar de burro e a pé, com dificuldade. As pessoas idosas e crianças podem cair a cada momento. Referiu a falta de passagens de passeios. Nas Gaeiras já houve pessoas atropeladas. O caminho para o Intermarché também tem falta de um passeio. Na última Assembleia Municipal interrogou o Senhor Vereador Humberto Marques e perguntou-lhe o que é que se passava com a estrada de Casais Brancos – Gracieira, quem é que era o empreiteiro, porque ele tinha dito, há algum tempo, que aquilo estava ao encargo do empreiteiro, não tendo obtido resposta. Há outras situações de buracos nas bermas das estradas e no parque da memória. A ponte de A dos Negros está sem iluminação, sem apoio à passagem de peões, etc.. É com tristeza que continua a falar dessas situações e vai continuar, sempre, a falar delas. A situação da estrada da Capeleira só será resolvida quando houver ali um aparato, quando cair alguém na A oito. As estradas rurais estão completamente degradadas. Há situações onde se cortou a estrada para atravessar os cabos da luz ou os canos da água e não é repostos o alcatrão. Os carros estão sempre a bater. Não sabe o que se passa. Não deve ser a falta de dinheiro, porque os cidadãos do Concelho, os munícipes, por vezes, até pagam taxas indevidas, pagam serviços que não têm, como é o seu caso.-----O

Senhor Deputado João Lourenço louvou a atitude do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras, a quem agradeceu muito um documento que lhe ofereceu. Deu os parabéns às Gaeiras e a ele e agradeceu-lhe a amabilidade que teve e pelo documento e o texto que lá fez. Congratulou-se com mais um aniversário da Vila de Gaeiras. Teve a honra de ter dado posse à primeira Junta de Freguesia de Gaeiras. Ficou também, agradavelmente, surpreendido com a intervenção do Senhor Deputado André Duque, a quem tanta vez tem ralhado, a ver se, de uma vez por todas, dizem, mas dizem bastante. Os mais novos devem falar e devem criticar. Já disse que estaria disposto a apoiá-los ou a aceitar as críticas que fizerem. As críticas que quiserem fazer contra o PS são sempre bem-vindas, porque não pode conceber que haja uma geração, na casa dos trinta anos, ou até menos de quarenta, e que não tenha qualquer tipo de intervenção nas sessões da Assembleia Municipal. Ficou surpreendido por ver que o Senhor Deputado Custódio Santos não falou no vinte e cinco de abril e o Senhor Deputado Victor Mata a mesma coisa. Lamentou a atitude que a Câmara Municipal tomou. A Câmara Municipal tem um

programa de iniciativas referentes ao maio. Essas iniciativas começaram no dia vinte e um de abril e vão até maio. Não consegue perceber, de maneira nenhuma. Por mais boa vontade que tenha, tem que manifestar a sua indignação, o seu repúdio, por o dia vinte e cinco de abril estar, completamente, omitido nesse programa. Ainda por cima era feriado nacional. Não consegue perceber que, deliberadamente, fosse omitido o dia vinte e cinco de abril e aí entronca com a agradável surpresa da intervenção do Senhor Deputado André Duque. Manifestou o seu desagrado por o dia vinte e cinco de abril ter sido omissivo e não consegue perceber de outra forma que não seja uma omissão deliberada, porque há um programa completo em que o dia de feriado é completamente esquecido, mas ao menos, os mais novos, que estão na Assembleia Municipal, e já são muitos, ficam a saber o seguinte: O vinte e cinco de abril trouxe muitos valores. Não vai entrar em pormenores. Trouxe uma generalidade extraordinária, a generosidade extraordinária dos militares que o fizeram e depois trouxe a liberdade, trouxe a solidariedade e a fraternidade que têm todos hoje e a paz que se ganhou nessa altura. Os mais novos, que estão na Assembleia Municipal, a quem pede que continuem a intervir, fiquem com a ideia de que aquilo foi feito para dar a liberdade a toda a gente, para dar uma fraternidade maior e por isso é que estão, hoje, todos reunidos. Não vale a pena entrar em mais especulações e em mais demagogias, em nada mais. Não se esqueçam disto.-----

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita saudou as iniciativas que foram descritas e deu a conhecer uma que aconteceu na Freguesia de Olho Marinho. A União de Amigos é uma coletividade de desporto e de cultura e leva o bom nome do Concelho a todo país, com a sua equipa de futsal. Essa equipa de futsal subiu à terceira divisão nacional. Devem estar todos conscientes do bom nome que transporta e estar gloriosos para a Concelho de Óbidos.-----

---A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que a bancada do PSD teve conhecimento que a Câmara Municipal e, nomeadamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal têm vindo a desenvolver esforços no sentido da reorganização do setor empresarial local. Gostariam de ter alguns esclarecimentos da parte da Câmara Municipal.-----

---O Senhor Deputado Victor Mata disse que queria falar do vinte e cinco de abril, mas o Senhor Deputado João Lourenço estava muito distraído ou estava a fazer conta de ser o último a falar. Anda distraído também, porque não consulta os sítios da Junta de Freguesia de A dos Negros, ou por outra, consulta quando lhe convém, quando há os relatórios de gestão, para fazer demagogia política e oportunismo. Há um problema que ainda tem que ser visto. Quanto ao vinte e cinco de abril, o Senhor Deputado João Lourenço não lhe dá lições, nem, talvez, ninguém na bancada do PS. O vinte e cinco de abril em A dos Negros continuou a ser comemorado, sempre foi, desde que está na Junta de Freguesia. Como referiu, diversas vezes, na Assembleia Municipal, foi e continua a ser uma data muito importante para si e também deveria ser para o povo português, em geral, e especialmente para o PS, que parece que tem andado um bocadinho divorciado dessa data. Convidou toda a população, todos os deputados,

mandou convites para toda a gente. Saiu na Gazeta das Caldas e no Jornal das Caldas. Foi altamente publicitado esse evento. Elogiou os outros eventos que foram feitos, congratulando-se com eles. O povo de A dos Negros e de fora da localidade compareceu, mais uma vez, no vinte e cinco de abril de A dos Negros. Foi uma tarde muito bonita e foi pena que o Senhor Deputado João Lourenço não fosse lá com os colegas. Socialistas estavam lá dois ou três. Noventa por cento das pessoas não tinha qualquer relação com o PS, a nível de estrutura e de peso político. As outras pessoas que lá estiveram não representam qualquer cargo político. Não compareceu ninguém do PS com assento na Assembleia de Freguesia. Andam muito distraídos em relação ao vinte e cinco de abril. O Senhor Deputado João Lourenço, com essa demagogia barata, não o leva a baixo. Viveu o vinte e cinco de abril muito novo e é uma data que, ainda hoje, lhe toca. O vinte e cinco de abril está por cumprir. Se tem havido falhanços, não é o vinte e cinco de abril que é o culpado. Têm sido muitos Senhores do PS, especialmente os governantes, não tanto os autarcas, que têm contribuído para o descrédito que é atribuído ao vinte e cinco de abril. Viva o vinte e cinco de abril.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que a sua intervenção vai na linha de algumas questões que já foram levantadas e que têm a ver com aquilo que se passou nas Gaeiras e para a qual também quer fazer relevância ao que aconteceu. A Junta de Freguesia tem estado muito operacional na divulgação da freguesia. A nível da Freguesia de Gaeiras já existe uma Associação de Jovens Voluntários, que já é uma pessoa coletiva, já vai trabalhando na área da solidariedade e que também, na linha do que foi dito pelos Senhores Deputados André Duque e João Lourenço, a juventude está participante. É de fazer relevância, também, a esta Associação. Relativamente às empresas do ABC, perguntou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha ideia de como é que as coisas estão a acontecer. Se há intenções, ou se a Câmara Municipal tem conhecimento de que elas poderão estar numa fase de transição para o mercado desprotegido. Se a crise económica que está a atravessar o país está a ter repercussões nestas empresas. Em relação ao Hotel Hilton, perguntou se há alguma situação formal ou alguma informação mais formal e credível sobre a sua implantação na Béltico, uma vez que as obras estão a decorrer, para a criação de um hotel, mas existem algumas dúvidas. Sobre a criação e inauguração de uma sala Epic, disse que não tem conhecimento se é integrada nalgum âmbito, se é mais um espaço que a Câmara Municipal criou, com que fim, com que objetivo. Gostaria de ver esclarecidas estas questões.-----

---O Senhor Deputado José Botelho congratulou-se e felicitou a Dr. Celeste Afonso pela iniciativa magnífica, que foi maiando o maio. Os maios em Óbidos foram sempre feriado municipal, até aos anos sessenta do século vinte. O feriado municipal era aí, porque tinham um culto da terra, da natureza de uma sociedade agrícola, em que na transição das estações se fazia sentir o brotar dos rebentos. Isso aconteceu, era histórico e agradava, aglutinava as pessoas da comunidade, muito mais do que o onze de janeiro, que é uma reconstrução fascista de António Ferro e do Dr. Salazar. Aquilo que é tradicional, que

é efetivo, que é genuíno, é que brota. Congratula-se muito por essa iniciativa de recuperar, de retomar uma tradição que fica obscurecida pelo fascismo e que agora é retomada com iniciativas da sociedade civil, enquadrada, minimamente, pela Câmara Municipal. Houve uma dinamização da juventude e das diferentes associações nessa iniciativa, que mereceu a indignação e o repúdio do Senhor Deputado João Lourenço. Não se deve renegar as origens e aqui a origem é o maio. Foi malhando o maio e não malhando no maio que o Município de Óbidos assim se fez desde há oitocentos anos.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o facto de ter dito que estava admirado do Senhor Deputado Victor Mata não ter intervindo ainda a respeito do vinte e cinco de abril, era, no fundo, porque não tinha visto que ia falar. Acha que isso não era motivo suficiente para dizer que faz demagogia barata, oportunismo político e outras injúrias que não havia necessidade nenhuma, porque não teve interesse em dizer isso. Não sabe ver sítios. O problema que o Senhor Deputado Victor Mata diz que ainda tem que ser visto, quando quiser vê-se. Está lá escrito, preto no branco, o que disseram e o que se passou nessa altura. Reconhece essa tradição do maio. Acha uma tradição notável. Acha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve sempre interesse em relembrar e em repor essa tradição do maio e faz muito bem. Ia para as aulas às sete e meia da manhã e via a Vila toda cheia de maios, concretamente o chafariz da Porta da Vila. Nunca o primeiro de maio foi feriado. O maio é uma tradição popular. Agora, não venham dizer que isso estava enraizado, que era feriado, porque nunca foi. Concorda inteiramente, mas não invalida que no programa dos maios, que começou no dia vinte e um de abril, não se tivesse incluído o dia vinte e cinco de abril. É quanto a isso que se queixa, sem demagogia barata e sem oportunismos políticos.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que na última Assembleia Municipal levantou duas ou três questões relacionadas com as comemorações da Semana Santa em Óbidos. Já passou esse período. Talvez se justifique fazer uma rápida reflexão sobre a forma como decorreram. Reconhece e, como Obidense, agradece todo o empenho da Comissão. Obviamente, são pessoas que o fazem de uma forma voluntária, que é sempre de enaltecer. Em relação às questões que na altura falou, uma delas melhorou um bocadinho. Viu-se o comércio ter maior respeito pela passagem das procissões, embora ainda não tivesse sido como deveria. Em relação ao trânsito, pelo contrário, piorou. Uma autêntica bagunça. Lembra-se que a procissão à noite, a procissão do enterro, quase que não conseguia passar ao pé do hospital, quando saiu da Misericórdia. É lamentável que não se consiga resolver. São autoridades, são moradores, são pessoas que não têm nada a ver com Óbidos. Toda a gente deixa os carros nos mais variados sítios, não respeitando, minimamente, as zonas onde passa a procissão. Houve mais duas ou três coisitas, que não tiveram a ver com autoridades, terão a ver mais com opções da Comissão da Semana Santa. Obviamente que tem o direito de as tomar, mas não se percebe bem os ledes numa procissão em Óbidos, não se percebe bem o andor do Senhor dos Passos, totalmente alterado, e que não lhe pareceu para melhor. Queria deixar só estes reparos. Devia-se pensar bem o que se quer fazer,

também, da Semana Santa em Óbidos, porque embora não seja um evento de massas, como é o chocolate, como é o Mercado Medieval, tem muitas tradições em Óbidos e é pena se deixarem que elas caminhem para um lado que não irá dignificar muito o nome de Óbidos e, principalmente, o nome das celebrações.-----

---O Senhor Deputado Victor Mata disse que o vinte e cinco de abril é uma data importantíssima. Tem o valor da democracia pela oportunidade que deu a que todos estejam na Assembleia Municipal. Não havia poder local sem o vinte e cinco de abril. Havia nomeações para Presidente da Câmara Municipal, porque não havia eleições. Quando era novo já andava nas lutas académicas e sabia alguma coisa. Tinha dezassete anos quando foi o movimento dos capitães e alguns tombaram para um lado e outros tombaram para outro. Ele teve tendências para sempre admirar esse glorioso dia, que fez uma transformação radical da república. Foi uma ditadura de quarenta e oito anos. Hoje, estão com trinta e oito anos da chamada democracia, onde muita gente teve oportunidade de se instalar, que nem sequer tinham a cor dos cravos. É independente e continuará a ser, com muito gosto. O vinte e cinco de abril não pertence a partido político nenhum em particular, pertence, de facto, a todos, ao povo. Está por cumprir, está por fazer, está por conquistar. Têm que caminhar passo a passo. O Senhor Deputado João Lourenço lançou uma espécie de provocação, como quem diz: onde está esse Victor Mata, está escondido. Essa foi, de facto, a atitude do Senhor Deputado João Lourenço. O Victor Mata está calado, já não fala do vinte e cinco de abril, como se o vinte e cinco de abril pertencesse ao PS, e agora estão a aproveitar o período muito difícil que estão todos a atravessar. Como o partido está na oposição, convém falar um bocadinho mais. Quando foi governo, também desvalorizou, durante muitos anos, essa data. Se não desvalorizasse não tinha atuado como tem atuado até agora. Tinha lutado e tinha feito com que o povo vivesse com mais dignidade e com mais justiça social. É aquilo que hoje não acontece. Quem são os culpados. É o vinte e cinco de abril que é o culpado. Não é. Está por cumprir o ideal do bem humano, o ideal dos portugueses, o bem-estar comum. Esses valores estão por cumprir. Há muita injustiça social e é por isso que se debate. Todos percebem o seu estar de alma.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que é de A dos Negros. Não é militante do PS, mas dá a cara pelo partido, pelo que não pode dizer, em bom rigor, que é independente. O vinte e cinco de abril dá a possibilidade de se expressarem, mas não dá a liberdade de se achincalharem uns aos outros. Há pessoas que confundem a liberdade de expressão com o poder de serem mal-educados e de ofender os outros. Não percebe e fica um bocado chocada com este azedume do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porque devia ter para aí dez anos e era vivamente comemorado com ele, com o Senhor João Custódio e em A dos Negros, que, aliás, foi um dos primeiros sítios onde houve uma sede do PCP, a festa do vinte e cinco de abril. Nessa altura, decerto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia nem sequer pensava em falar contra o socialismo. Que ele falasse contra a social-democracia ainda percebe. Agora este azedume contra o socialismo é um bocadinho estranho e, realmente, o vinte e cinco de abril

também permite que façam algumas viragens políticas e votem em quem entendem. Relativamente ao oportunismo político, é realmente curioso vir falar sobre isso, sendo eles uma bancada em que ninguém trabalha ou vive da política, nem de cargos públicos, nem de cargos políticos. Têm a sua vida, são independentes, mas dão a cara por um partido. É essa a grande diferença e não vai dizer mal do partido pelo qual dá a cara.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos deu os parabéns ao Senhor Deputado João Lourenço, por lembrar o vinte e cinco de abril, mas com a tristeza dos governantes do PS, do PSD e do CDS/PP, terem, ao longo dos anos, vindo a apagar o vinte e cinco de abril e os direitos dos trabalhadores deste país. Também foi com tristeza que ouviu o Senhor Deputado José Botelho falar do primeiro de maio, sem explicar o seu significado, achando que o primeiro de maio é o renascer da primavera. Ele é trabalhador deste país, tal e qual como todos os presentes. O primeiro de maio é o dia do trabalhador e é o dia de todos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou onde estavam sempre que a Câmara Municipal fez celebrações ou iniciativas sobre o vinte e cinco de abril. Não se lembra de ver ninguém, nem mesmo quando a Câmara Municipal conseguiu oferecer a delícia histórica de ter o mentor do golpe em Óbidos, durante quatro horas, a contar aquilo que nunca tinha sido contado e que podem ver nos arquivos da Óbidos TV. Não se lembra de tantos interessados no vinte e cinco de abril, sequer, homenagear, com a sua presença, nessa ocasião. Lembra-se apenas de estarem cinco, seis pessoas. Foi sempre o que mereceu, nos últimos anos, por parte da população e dos Senhores Deputados o vinte e cinco de abril, foi cinco ou seis pessoas a participar. É uma conversa que, de facto, o levou a fazer o que fez ontem. Deliciou-se a contar o vinte e cinco de abril aos seus filhos. Acha que fazer iniciativa pública sobre uma coisa que a população não está minimamente interessada, não vale a pena. Isso não quer dizer que não cumpram o tal espírito de abril. Não se vai pôr nessas polémicas, nem nessa tentativa de apropriação, nem do que é que devia ser, se está cumprido, se não está cumprido. Acha que é importante terem utopias, terem sonhos. Também têm os seus, também os lançam e também motivam e estimulam a comunidade com os seus. Ainda está longe de estar cumprida a trajetória, o caminho. Mas houve, de facto, uma intervenção que teve esse lado infeliz, que foi não se preocupar, minimamente, perceber o que é a iniciativa dos maios. Não tem nada a ver com o contexto político do vinte e cinco de abril. Tem a ver com uma recuperação de uma tradição. Louvou publicamente aquilo que também acha que é o papel de um Deputado ou de uma Deputada da Assembleia Municipal. Cumprir civicamente, trabalhar voluntariamente, mobilizar outros para trabalhar no espaço da comunidade, no espaço cívico, no espaço da sociedade. Não só a Câmara Municipal não teve nada que ver com essa iniciativa e, com isso, não está a retirar-se dela, mas porque, intencionalmente, não quiseram que a recuperação da tradição, mais uma vez, tivesse o peso do Município. Às vezes há coisas que têm Município a mais. A Dr. Celeste teve a amabilidade de o convidar para fazer parte de um painel que trouxe personalidades, onde também não

viu os Senhores Deputados, no qual o Professor Moisés Espírito Santo fez um enquadramento, belíssimo, do que é a tradição dos maios em vários pontos do país, ou sequer para estarem com o Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, que promove a iniciativa de Capital Europeia da Cultura e que veio a Óbidos. Acha muito estranho nunca ver ninguém, que se preocupa minimamente com estas coisas, estarem em momentos importantes ou estarem com as pessoas que passam por este território, que estão com eles. Não pede que estejam sempre, mas há pessoas que nunca viu em sítio nenhum, a não ser na Assembleia Municipal. Essas sim, talvez andem escondidas. A Vila de Gaeiras está de parabéns, fez onze anos desde a sua criação como Vila. O Senhor Vereador Pedro Félix está de parabéns, faz anos hoje e por isso não está presente. Os Jovens Voluntários das Gaeiras finalmente viram reconhecido o seu papel. Acha muito bem que a juventude, como o Senhor Deputado André Duque, que abriu a Assembleia Municipal, esteja, cada vez mais, na ordem do dia e à frente dos projetos. Também no maiando o maio, gostou muito que a apresentação de personalidades riquíssimas, como as que citou há pouco, fosse feita por jovens de dezoito, dezanove, vinte anos, do Concelho de Óbidos. Achou uma atitude de desafio. Que melhor para celebrar ou recuperar um espírito de tradição, do que lançar esta semente nos mais novos. É uma atitude muito inteligente, que a Senhora Deputada Celeste Afonso soube ter e que está longe de ter terminado, porque houve apenas um episódio no dia vinte e um. Vão estar nos próximos dias a celebrar essa tradição e estarão, certamente, a dar um aspeto à Vila. Não será ainda este ano o ano do apogeu, mas haverão de lá chegar. O ABC é uma estratégia de incubação e de apoio, mas que tem uma temporalidade. Esse apoio acaba por criar uma certa renovação das empresas, tempos a tempos. As empresas que estão no ABC são empresas que, fundamentalmente, apostam nas questões da inovação, nas questões da diferenciação, nas questões da criatividade, muitas vezes, para determinados negócios clássicos. Costuma dizer que são as empresas que apostam da forma mais certa para a conjuntura que estão a atravessar. Têm empresas com grande envergadura, com capacidades de exportação. Umhas estão em regime de arrendamento, não estão em regime de incubação. A atenção maior não vai para essas empresas. A atenção maior vai no apoio às muito pequenas empresas que entram para lá, mal sabendo fazer um plano de negócios, a quem ajudam a crescer. Se tiverem que fazer a transição noutra local ou para outro local, que o façam, mas procuram criar condições no Concelho de Óbidos. Por isso o EPIC de que falou, faz parte dessa estratégia, que está no programa Óbidos Criativa e que visa disponibilizar cada vez mais espaços bonitos, espaços com algum charme, para atração da chamada classe criativa e sobretudo para os negócios, para as atividades económicas. Acha que o Município de Óbidos tem, cada vez mais, que apostar, não diz que não tenham apostado até aqui, mas a perceção das prioridades tem sido dada cada vez mais à volta destas duas questões: educação, conhecimento, aprendizagem, inovação, desenvolvimento e economia. Estas são as duas grandes apostas. É por isso que estão a fazer uma reorganização. Ao fim de dez anos, como Presidente da Câmara Municipal, não se sentiria bem consigo mesmo, se não fizesse um esforço à luz da experiência,

do conhecimento, do que tem sido o trajeto como Presidente da Câmara Municipal para, enquanto fosse Presidente da mesma, ajudar a fazer uma reorganização com as outras pessoas, no sentido de preparar Óbidos melhor para o futuro. Uma espécie de cumprir um objetivo antes do mandato terminar. Não se podem esquecer que entretanto o mandato termina, para alegria de muitos, que poderão ver renovadas as suas esperanças de conquistarem novos apoios. Compromisso de terminar o mandato. Há uma intenção clara de ajustamento interno e portanto fazer com que alguma da divisão e algum do espalhar de saberes, de experiência, de recursos humanos e uni-los sobre a mesma direção. Dar cumprimento a um conjunto de contributos, incluindo o do PS. Sabe que quando dão azo à incorporação de contributos lá vem o PS dizer que são uns fracos porque fizeram o que proponham. Nunca sabe muito bem se são fortes por serem democráticos, ou são fracos por acolherem as iniciativas da oposição. Mas a oposição aqui não tinha razão, porque mandou uns tiros à sorte, tiros aleatórios. É preciso só ter uma empresa municipal, mas não explicaram como. Quando começaram a fazer o trabalho de casa, repararam que a proposta que o PS tinha feito, por um lado, tinha um sentido generoso de compressão, tipo compressão de ficheiros, para pesar menos, mas estava errada, na medida em que a Óbidos Requalifica não poderia ser extinta na Óbidos Patrimonium. Era essa a proposta do PS. Irão fazer uma apresentação sobre isso. Não podiam extinguir na medida em que a Óbidos Requalifica é uma empresa com ativos muito fortes e com uma situação em que o processo de extinção seria muito penalizador para o Município e perfeitamente desnecessário. O que fizeram foi uma fusão por incorporação, não da Óbidos Requalifica na Óbidos Patrimonium, mas uma incorporação ao contrário, da Óbidos Patrimonium na Óbidos Requalifica. Nunca se lembra de ver o PS apontar esse caminho. Fez aquilo que tinha a fazer. Não aprofundou a sua proposta, não foi neste sentido. A Câmara Municipal quando aprofundou foi neste sentido e foi mais longe. Mais do que cumprir uma velha moda, desde que o Engenheiro Sócrates trouxe a troika para Portugal, tiveram esta coisa fascinante de toda a gente ter de reduzir qualquer coisa. Também não são diferentes, estão a reduzir. Deixam de ter duas empresas municipais e passaram a ter só uma. Mas é uma que não é a soma das duas e que não tem nada a ver com as duas anteriores. Por isso ela muda de nome, muda de objeto social, muda de estatutos, é uma nova vida, uma nova fase, uma reorganização muito mais profunda. E também não é feita por *in put* financeiros. Isto é, as contas estavam más e tiveram de fazer uma reorganização nesse sentido. Não é nada disso. É uma reorganização organizacional. O município, como organização, achou que teria uma melhor performance com esta reorganização, que poderia cumprir melhor os tais objetivos, sobretudo aproximar, mais do que nunca, o Município da economia, dos empresários. Essa é uma das linhas fortes da nova empresa. Terão uma Assembleia Municipal no dia vinte e quatro de Maio para que a mesma se pronuncie. Nessa altura farão uma explicação mais detalhada sobre o assunto. Anotou as preocupações sobre o trânsito na Vila, embora enquadradas na questão da Semana Santa, mas o trânsito é uma coisa que não está bem resolvida. Também não quer sair da Câmara Municipal sem dar um contributo na sentido de ter a Vila

mais bem cuidada sobre esse aspeto. Reconhece que os instrumentos que têm não estão a ser os melhores, não estão a dar os melhores resultados. Esta tarde, a Senhora Vereadora apresentou-lhe uma proposta de regulamento sobre trânsito na Vila de Óbidos, que irá ser palco da apreciação da Assembleia Municipal e dos contributos que quiserem dar, para que saia uma proposta melhor, como é intenção da Câmara Municipal. Na reorganização profunda, não só incorporaram contributos, como ouviram e mereceram a unanimidade, que é uma coisa que também mostra a qualidade da decisão e da proposta que estão a trabalhar. Nesta terra, recolher unanimidade é uma coisa rara.-----

--O Senhor Deputado João Lourenço disse que existem fotografias da primeira Assembleia pública que houve em Óbidos, logo nos primeiros dias de maio de mil novecentos e setenta e quatro, onde esteve presente. A razão porque disse que a Câmara Municipal tinha ligação, ou que organizou, ou que tinha colaborado na organização do maio, bem haja a Sr.^a Dr.^a Celeste, foi porque o e-mail que lhe chegou foi enviado pelo Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal. Se os estatutos, a apresentar na Assembleia Municipal de vinte e quatro de maio, são os que viu e leu, não concorda nada com o que lá está. A respeito do trânsito disse que andam dentro de Óbidos com o selo de dois mil e nove. O selo está velho e caduco e em muitos carros cai ou desapareceu com o sol. Já teve vários casos de multas, porque o selo de dois mil e nove desapareceu. As pessoas têm que ir pedir à Câmara Municipal a amabilidade de dar uma fotocópia do registo do selo para se safarem das multas e reclamar, que é o que ele faz. Enquanto isso não se resolvesse ao menos arranjassem um selo mais novo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E ONZE E APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E ONZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e noventa e oito, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e onze e, para apreciação, o Inventário do Património Municipal de todos os bens, direitos e obrigações, relativo ao exercício de dois mil e onze.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o documento está distribuído. Talvez fosse mais produtivo que os membros da Assembleia Municipal levantassem as questões que têm para colocar e a Câmara Municipal, em sede desse confronto, podia responder e, eventualmente, podiam acrescentar alguma coisa que não tenha sido referida e que seja importante.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos leu a declaração de voto, que a seguir se transcreve: “O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e onze, que nos termos da Lei número cento e noventa e seis, barra, noventa e nove, de dezoito de

setembro, com as alterações feitas pela Lei número cinco, de onze de janeiro e declaração de retificação número quatro, barra, dois mil e dois, de seis de fevereiro, nos é apresentado para apresentação, discussão, votação e eventual aprovação contém vasta informação que nos permite avaliar a forma como foi – e tem sido – gerida a atividade municipal. O Relatório de Gestão apresentado, não obstante estar tecnicamente bem elaborado, é um documento que consubstancia uma orientação política que em várias vertentes discordamos. Aquando da apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades, barra, dois mil e onze, fizemos críticas que agora mais se confirmam a sua razão de ser. Pela análise dos documentos que agora nos são apresentados confirma-se, mais uma vez, que o Orçamento, barra, dois mil e onze, não tinha sustentabilidade e que continha no seu bojo rubricas altamente inflacionadas de modo a possibilitar, em alguns casos, uma gestão discricionária do mesmo e apresentar uma estrutura em que as Receitas Correntes fossem inferiores às Despesas Correntes, que, como se sabe, verificou-se exatamente o contrário; Receitas de Capital, que não tinham qualquer correspondência com a realidade, nomeadamente no que concerne à Venda de Bens de Equipamento, cujo Orçamento previa a arrecadação de quatro milhões cento e cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta euros e oitenta e três cêntimos, mas cujo resultado final se traduziu em zero euros arrecadados, com a justificação de que o desvio entre a previsão e o realizado deve-se em grande parte à falta de receptividade do mercado; a rubrica Despesa de Capital, dotada de uma verba de doze milhões duzentos e oitenta mil quinhentos e quatro euros e vinte e cinco cêntimos, teve uma execução física de setenta e dois, vírgula, vinte e quatro por cento e uma execução financeira de trinta e dois, vírgula, trinta e cinco por cento, o que significa que a diferença (pagamento) transita para dois mil e doze? No que à E.M. Óbidos Requalifica, diferentemente do que era habitual e do que fez a Óbidos Patrimoniun, não é apresentada qualquer relação entre o orçamentado e o realizado. O que se diz de mais substantivo é que a situação económica atual (...) deu azo a que o empreendimento não tivesse o escoante das vendas planeado. Isto é, no ano transato foi prevista a venda de seis lotes e não foi vendido nenhum, em dois mil e onze, a previsão era de vender quatro ou cinco lotes e apenas foi vendido um, no valor de quarenta e três mil oitocentos e vinte euros, cujo valor é inferior aos juros e custos similares a pagar pelo empréstimo contraído. A informação que nos é apresentada não nos diz qual o valor gasto com a Administração da Óbidos Requalifica, diferentemente do que faz a Óbidos Patrimonium. Mais uma vez reiteramos a afirmação de que aquela Empresa Municipal não tem razão de existir. No que importa à E.M. Óbidos Patrimonium, não obstante concordarmos que o Município promova os eventos elencados, parece-nos que a Estrutura Municipal, devidamente ajustada e integrando os trabalhadores da empresa, como foi feito com a área do Desporto, podia realizá-los. Importa sublinhar que, por mais de uma vez, requeremos que nos fosse entregue o Mapa de Pessoal da Óbidos Patrimonium, todavia a Câmara Municipal fez letra morta do requerido. Aproveitamos esta Assembleia para requerer de novo que nos seja fornecido o referido Mapa de Pessoal. Refere ainda a informação fornecida pela Óbidos Patrimonium que “...a redução de sessenta e dois,

vírgula, um por cento do valor do contrato-programa inicialmente previsto”. O contrato-programa foi alterado pelo órgão competente para o fazer, ou seja, esta Assembleia, ou do ponto de vista formal a Câmara fica em “dívida com a Óbidos Patrimonium”? Não se percebe bem. Preocupa-nos que carências primárias e importantes das populações continuem sem serem resolvidas, nomeadamente no que concerne a investimentos nas redes de esgotos e a má qualidade das redes de água que com os seus constantes rebrandamentos provoca elevados prejuízos ao Município, o que não é aceitável em pleno século vinte e um. Igualmente se verifica que muitas ruas e arruamentos se encontram em mau estado de conservação. Elencámos apenas alguns exemplos de aspetos que consideramos negativos da Gestão Municipal, poderíamos apresentar muito mais. Ora se em algumas áreas consideramos positiva a Gestão Municipal, nomeadamente na área social e parte da área cultural, noutras áreas a nossa apreciação é negativa e em alguns casos bastante negativa, basta recordar a devastação arbórea que se verifica na zona do Bom Sucesso e Rio Cortiço. É nossa convicção que faríamos melhor e que as populações ganhariam com uma gestão municipal CDU. O exemplo da gestão CDU, aqui bem perto mostra que é assim. Por isso, embora contra a nossa vontade, não nos resta outra posição que não seja votar contra o documento apresentado. Tenho dito.”-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que é importante ver que um dos compromissos do Executivo, e um dos objetivos, foi ser uma alavanca do desenvolvimento económico do Concelho. Esse era o objetivo em dois mil e nove, em dois mil e dez e em dois mil e onze. Tem sido sempre esse o objetivo. É certamente relevante aí que o Executivo consiga pagar às empresas que lhes prestam os serviços. Tem-se visto é que os valores da execução têm diminuído nos últimos anos, à semelhança do que, provavelmente, era de esperar, mas na altura o PS foi considerado profeta da desgraça, quando se via que o cenário económico destes últimos anos iria ser desta forma e que pode ainda tomar outra figura. O que se vê é que o Executivo continua a gastar mais do que arrecada. O ano passado gastou mais doze milhões, este ano gasta, quase, mais dez milhões. Parece-lhe que este é um ponto importante. Centrava aqui o comentário. Acabou por não perceber se é uma decisão política, se foi uma decisão técnica. É referido no relatório de gestão que as despesas correntes diminuem cerca de dez por cento. O valor não é dez por cento, é ligeiramente inferior. Há uma tendência, é efetiva, e há que reconhecer. É importante ver isso. Acontece, frequentemente, nas Assembleias Municipais, um movimento constante dos deputados para poderem recolher informações durante as mesmas. Parece-lhe que estão perante uma situação em que têm que ter capacidade de resposta. Se não têm capacidade de resposta, não têm. Não podem estar à espera que os outros façam comentários para irem aprender e ver o que é que se faz. Solicitou que a Mesa da Assembleia Municipal fosse um pouco mais rigorosa nesse aspeto, das movimentações dos Deputados, constantemente a ir procurar respostas. Se não têm capacidade para responder, não respondem. Agora, ir procurar junto dos outros Vereadores como é que se responde à pergunta do Vereador A, B ou C, é uma situação que não fica bem.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que apreciou a intervenção do Senhor Deputado do PCP, que leu um extenso discurso para fundamentar as razões pelo qual votava contra a anotação da intervenção por parte do Senhor Deputado do PS. Têm o documento, que é um documento bastante exaustivo e que mereceu, aliás, uma aprovação na Câmara Municipal com seis votos a favor e uma abstenção. As contas da Câmara Municipal vêm à Assembleia Municipal sem qualquer voto contra. Às vezes há uns membros da Assembleia Municipal que vêm fazer umas grandes interrogações, umas grandes análises, esquecendo-se daquilo que é a posição de compromisso já assumida na Câmara Municipal. Independentemente das viagens do Senhor Vereador Machado para a bancada do PS, passando informação, sem que isso tivesse merecido a deselegância de qualquer comentário, acha que essa votação na Câmara Municipal condiciona, e de que maneira, a Assembleia Municipal. O PCP tem um membro, apenas, e com todo o respeito, foi eleito com alguns votos no Concelho, tem toda a legitimidade para estar na Assembleia Municipal, mas não teve capacidade eleitoral suficiente para, não é para governar o Concelho, como disse, ter uma representação na Câmara Municipal. Não tem, está a quilómetros de a ter e, seguramente, vai demorar ainda muitos anos para chegar lá, a não ser que em vez da leitura do discurso preparado por alguém, passemos a ter uma avaliação muito sensata daquilo que está a acontecer. O que está a acontecer é uma realidade incrível em Portugal e por isso é insuspeito, porque a coordenação geral da Câmara Municipal é do Presidente, como é natural, mas no dia-a-dia, a gestão, assegurar a contenção da despesa, a dívida, as decisões que têm implicações financeiras, o mapa de tesouraria, aquilo que vai ser o resto da ano, essa visão é feita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que irá fazer uma apresentação das contas, e por uma equipa muito pequena, que está a fazer um trabalho extraordinário. É um trabalho ao qual a população de Óbidos não pode ser ingrata, que é o trabalho de quem mantém um Município que não corta serviço nenhum, que não fecha piscina nenhuma, que não reduz absolutamente nada no conforto social gerado em anos de expansão, que não aplica um conceito de visão empresarial frio e nesse aspeto doentio, para dentro da organização. Se fossem por aí, por essa leitura radical do que deve ser a gestão, teriam, necessariamente, que despedir cinquenta por cento dos funcionários, porque, do ponto de vista dos conteúdos funcionais, não há mercado, não há serviços que justifiquem muitos dos funcionários da Câmara Municipal. Ou teriam que devolver mais de cem funcionários ao Ministério da Educação por razões que se prendem com a forma como querem trabalhar as questões da educação no Concelho de Óbidos. Obviamente que há um quadro em que se movem. E o quadro em que se movem é a forte intervenção social, escolas fantásticas, situações de serviços. Entrem nas piscinas municipais, a qualquer hora, e vejam os idosos que lá estão. Vejam as pessoas que as frequentam. Possivelmente, se quisessem racionalizar, cortavam e tinham contas ainda melhores. Os processos de loteamento que entram são muito poucos, a economia congelou. Se fossem com este espírito de quererem ser bons gestores pela teoria, pela cartilha daquilo que deve ser, então poderiam reduzir a secção de obras a um técnico superior e um administrativo. Não está a caricaturar, é

suficiente. Mais um conjunto de secções que poderiam perfeitamente desaparecer. Se quisessem ter ainda melhores contas não construíam os edifícios que construíram, não lançavam para dois mil e doze aquilo que anunciaram em janeiro de construir mais uma nova escola secundária no Concelho. Ficava aquela que está muito bem. Mas é assim que se prepara o futuro, é assim que se criam condições para os próximos vinte anos. Não é ter uma gestão cobarde, que foge de fazer aquilo que é o essencial, com medo da crítica. Conhece Presidentes de Câmara que não fazem nada. Conhece Câmaras Municipais que não fazem nada. Não é uma, nem duas. Conhece Câmaras Municipais que talvez inaugurem qualquer coisa no próximo ano. Mas também conhece muitas Câmaras Municipais que não têm fundo, agora têm uma lei nova, conhecida como a lei dos compromissos, para pagar à totalidade dos funcionários. A maioria das Câmaras Municipais da Região Oeste tem fundos disponíveis negativos. O Município de Óbidos tem um fundo considerável, positivo. O Município de Óbidos reduziu, em dois anos, a sua dívida a fornecedores de nove para cinco milhões. E dos cinco, vírgula, oito milhões de dívida a fornecedores, que é a dívida de trinta e um de dezembro de dois mil e onze, quatro, vírgula, seis têm acordos de pagamento com essas empresas, com esses fornecedores. A dívida está lá, mas é uma dívida que tem um acordo por trás e que é assumida. Não vai discutir os créditos enormes que a Câmara Municipal tem, não vão discutir as questões da dívida, porque elas são apenas instrumentais. A única coisa que pode garantir é que podem dormir de consciência tranquila e com orgulho, porque fazem obras, têm contas equilibradas. Também aqui estão contra a corrente geral do país e da região. Até aqui podem ir mais longe. Acha, até, que têm que começar a combater a demagogia, combater a mentira. Essa velha ideia que tem sido lançada de que eles fazem muito, têm uma grande dinâmica, mas não têm boas contas, estão na falência, aquilo é um desastre financeiro. As pessoas que dizem isso não leram estas contas. Estas contas que não mereceram a oposição da oposição estão certificadas. Não é brincadeira, não escrevem os números que querem. O cerco legal que os rodeia é enorme. É impensável acharem que, hoje em dia, para se governar, para se ter uma dinâmica, para se ter fundos, como têm, para um Presidente poder anunciar uma obra e passados oito meses, um ano, poder fazê-la, não é preciso ter boas contas. Porque no momento em que ele não tem boas contas é apanhado pela malha da lei dos compromissos, que impede que quem não tem condições de pagar a despesa num prazo de noventa dias não a pode assumir. Se não a pode assumir, não pode fazer outra coisa se não anúncios. Não faz nada. A realidade que conhece no Município de Óbidos é esta. Ainda agora lançaram um concurso público para os edifícios centrais do parque tecnológico, nesta lógica de ampliar cada vez mais a oferta de espaços para atrair empresas e fazer de Óbidos, durante os próximos anos, um território de uma fortíssima centralidade económica, não só no turismo, mas também noutros setores, como as novas tecnologias. Vão fazê-lo, apesar de não terem o apoio, desde a primeira hora, de todos, na Assembleia Municipal. Quando lançam um concurso que tem financiamento de oitenta e cinco por cento, têm que ter condições para fazer essa adjudicação, têm que ter fundo disponível e têm que ter a credibilidade para que esses

fundos sejam aprovados. A credibilidade tem que ver com o pagamento que a Câmara Municipal consegue fazer, isto é, a execução financeira que consegue fazer. Se tivessem más contas estariam, no mínimo, a fundamentar a razão dessas más contas. Podem ter orgulho numa obra e num projeto político que está à vista, concretizado, que dá satisfação a necessidades da população de toda a ordem e boas contas. É estas duas coisas em conjunto que é cada vez mais raro. A dívida é de um tamanho que lhes permite tê-la, como qualquer família a tem. Parece que não é um instrumento que está ao serviço do desenvolvimento, das empresas, das autarquias, das pessoas individuais, das famílias. Claro que está, é preciso é ter limites, é preciso é ter um stok de dívida razoável, equilibrado e a Câmara Municipal têm-na. Se não tivessem a consciência do equilíbrio, para poderem ter boas contas, então fariam ainda muito mais coisas, mas não podem ir por aí. Fazem aquilo que é necessário, aquilo que lhes permite. O mercado atravessa uma condição económica muito má, basta ver a evolução das receitas correntes. A Câmara Municipal tem alguma responsabilidade de não arrecadar IMT, pela crise que afeta o setor. Tem responsabilidades pelos empreendimentos turísticos não estarem a conseguir exportar vendas de casas, isto é, vender casas a estrangeiros. Sentem-se responsáveis por durante os últimos dois anos, Portugal estar a ser falado negativamente na televisão britânica. Sentem-se responsáveis por uma atmosfera pela qual os governos os conduziram em termos de controlo das contas públicas. Sentem-se responsáveis por terem empresas municipais que recebem no máximo trinta e poucos por cento nos piores anos da Câmara Municipal. A troika disse que empresas municipais que têm uma dependência acima dos sessenta por cento de uma Câmara Municipal, não deviam de existir. Nunca passaram dos trinta, trinta e pouco. Nos bons anos andaram nos vinte e até diziam que com um euro a empresa conseguia fazer quatro. Criaram uma empresa, deram um impulso, passaram competências e deram-lhe um pequeno apoio para assegurar serviços. Hoje, uma empresa municipal como a Óbidos Patrimonium, em ano de crise, consegue ter de receitas mais de dois milhões. Quantas empresas no Concelho de Óbidos arrecadaram dois milhões de receita? Não têm situações de endividamento graves, são contidas. As empresas municipais cumprem o seu papel, animam a economia. Óbidos aumenta o seu posicionamento com o enfraquecimento de outros territórios e de outras regiões do país. Não diz que devem sair da Assembleia Municipal a pensar que estão no paraíso. Têm orgulho e têm que retirar estímulo suficiente para acreditar que o caminho é um caminho sólido e é um caminho bem feito. Ouve dizer que mais ano, menos ano, descobre-se um grande escândalo. Sai o Presidente da Câmara Municipal e não se descobriu nada. Sabem porquê, porque não há nada para descobrir. Têm os revisores oficiais, é impossível. Só de amortizações têm cinco milhões e tal de património. Há um rigor e um acompanhamento de tudo aquilo que o Município faz, ao qual tira o chapéu. Têm que ter contensão. Serem contidos não significa que estejam falidos. Quem quiser não perceber o que está a acontecer até pode dizer isso. As contas são o espelho de uma boa dinâmica, uma capacidade de intervenção notável, capacidade de resistência enorme, capacidade de gestão de recursos humanos, mesmo incorporando recursos humanos e fazendo

contratos com o Ministério da Educação. Poderiam ter menos cem funcionários, poderiam não fazer obra, teriam, certamente, outro tipo de números. Mas não é isso o programa da Câmara Municipal, não é isso que é o objetivo, não é para isso que trabalham. Boa dinâmica e boas escolas é aquilo que se passa em Óbidos. Só se fala na dívida consolidada que é de dezasseis milhões, mas não se diz os créditos que são de onze. Só se fala de uma coisa e esquece-se a outra. Não se percebe a evolução que houve. Com este caminho, não só enfrentaram a crise toda, dure ela o tempo que durar, como ainda garantiram capacidade de resposta. Há pouco o PCP pedia mais obras, mais despesa, mais passeios, mais uma série de coisas. Ainda bem que pede, é porque reconhece que têm capacidade para o fazer, apesar de ir ter o seu voto contra. Foi quem mais pediu, mas é quem menos apoio dá. É algo que, antes da Assembleia Municipal, já sabiam, pelo que não os surpreende. Aprovaram-se dez ou onze contas que não tiveram votos contra da oposição na Câmara Municipal, com várias vereações. Conseguiram, em mais de uma década, ter aprovações das contas na Câmara Municipal sem oposição. Isto não diminui a oposição. Até acha que a oposição fica muito mais bem vista estando ao lado da Câmara Municipal, do que estando contra ela. Isto resume este ponto da Assembleia Municipal, que é, talvez, o ponto mais importante, uma vez mais a Câmara Municipal vem à Assembleia Municipal com contas onde ninguém votou contra.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara Municipal vem falar e vem apresentar questões que não tem muito a ver. Mais uma lavagem ao cérebro, tal e qual como fazem os governantes deste país. A Câmara Municipal não tem que se sobrepôr à Assembleia Municipal. A Câmara Municipal é que é subordinada da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal fala de uma forma em que a Assembleia Municipal, de certo modo, tem de ser subordinada à Câmara Municipal. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal falasse de um governo que está a governar no saque ao povo em geral e aos direitos dos trabalhadores. Está a fazer um saque cego ao povo, não olhando a quem. Queria, também, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconhecesse que no Concelho de Óbidos continua a aumentar o desemprego, as pessoas têm cada vez mais carências, de todo o tipo, pedem auxílio. É com tristeza que ouve todos os dias estas lavagens ao cérebro. Não era preciso vir para a Assembleia Municipal ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Acha que devia de responder às questões que lhe são postas, em vez de estar a fazer lavagem ao cérebro dos Deputados. Disse que se vai embora e deixa trabalho feito. Deixa o património desta Vila mais aquém e muito mais pobre do que o encontrou antes. Olhe para o aqueduto. Olhe para a desertificação da Vila. Olhe para os Bombeiros Voluntários, que excluiu da Vila e para outras situações das quais já falou. Óbidos fica muito mais pobre no fim do Senhor Presidente da Câmara Municipal se ir embora, do que era antes de lá entrar.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse ao Senhor Deputado Custódio Santos que estão no ponto dois da ordem de trabalhos e que não estão a discutir a governação presente, passada ou futura do país. Num espírito também abrilista e com um sorriso sincero nos seus lábios, quer dizer-

lhe que vai tentar ter a contenção que a responsabilidade exige para não entrar em adjetivações que considera menos próprias, sobretudo a um membro de um órgão eleito pelo povo, como o Senhor Deputado entrou. Reconduza-se ao ponto da ordem de trabalhos, porque a democracia participativa que o vinte e cinco de abril permitiu ter também tem regras e quem não as cumpre às vezes não é digno de falar muito em democracia.-----

---O Senhor Deputado Sérgio Félix disse que em nome da Associação de Freguesias e em nome dos seus colegas de freguesia queria dar os parabéns à Câmara Municipal pelas contas. O ano de crise foi para todos, não foi só para alguns. O Município fez um esforço para conseguir cumprir o protocolo que teve com as Juntas. Teve que fazer um sacrifício para estar sempre tudo em ordem e os pagamentos sempre em dia, porque as Juntas também vivem do esforço deste orçamento da Câmara Municipal. Se a mesma falhasse, as Juntas também falhavam e se calhar não conseguiam cumprir os seus deveres. Os dinheiros que vêm do Município são obras que se fazem no Concelho, para a população em geral. As Juntas, muito do que fazem, têm que agradecer ao Município de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que se queria debruçar sobre as contas. Olha para algumas contas e alguns números e diz ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, à Câmara Municipal, aos seus colaboradores que realmente podem ter orgulho e além do orgulho estão estimulados, de certeza, para continuar no futuro. Quem olha para uma demonstração de resultados, com esta, onde no ano passado, ou seja, em dois mil e dez tinha um total de proveitos que eram de vinte milhões setecentos e dezassete mil e este ano de vinte e cinco milhões cento e trinta e três, cerca de vinte e cinco por cento a mais, situação que nos seus resultados também é equilibrada, porque cresceu também vinte e cinco por cento, passando de quatro milhões cento e setenta e dois para cinco milhões quatrocentos e oitenta e sete. Isto é uma situação que demonstra o que se passou, mesmo em ano de crise. A demonstração de resultados quer dizer aquilo que o Município realizou ou virá a realizar sobre os movimentos efetuados desde um de janeiro a trinta e um de dezembro. Esta situação é uma situação que é de aplaudir, inclusivamente com o seu crescimento. Com a atualização do seu património e com o avolumar das amortizações, o cash flow do Município vai para cerca de onze milhões e meio no ano de dois mil e onze. Não viu, também, da parte da empresa e dos revisores oficiais de contas qualquer reserva que possa considerar relevante nas contas do Município. Isto demonstra que o Município, com todos estes problemas e olhando para o balanço, vendo o seu passivo e o seu ativo, vendo os fundos próprios que tem o Município a rondar os cento e dezoito milhões duzentos e trinta mil euros, está de tal maneira saudável que nem calculou a autonomia financeira que a Câmara Municipal pode ter neste momento. Setenta e oito por cento é uma autonomia financeira, onde, se calhar, noventa e oito das empresas, neste país, não conseguem chegar e, de certeza, gostariam muitas de chegar aos cinquenta por cento. Quando falarem de contas olhem para as demonstrações de resultados e para os balanços, porque é aí que veem o que é que foi o exercício de dois mil e onze e o que é que foi a história do Município desde o seu princípio até

trinta e um de dezembro de cada ano. O balanço dá a história. A demonstração de resultados dá o que foi o exercício.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço pediu à Mesa da Assembleia Municipal que tomasse em consideração que, pelo que percebeu, está a ser preparada uma apresentação sobre os resultados. Por diversas vezes falaram sobre essa questão e parece-lhe que para poderem ter uma discussão, ou para esse documento ser analisado, na medida em que ele é apresentado durante a Assembleia Municipal e num ponto em discussão e votação, faz sentido que seja disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal, para poder provocar o contraditório, a discussão e a argumentação, sob pena de ficarem numa situação de desvantagem. Já não é a primeira vez que pedem estes elementos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal provavelmente poderá dizer que posteriormente a Câmara Municipal faz chegar os mesmos. Em situações passadas, mais do que uma vez, isso foi feito, pediram e nunca lhes foi facultado o referido documento. Tem uma objeção a essa apresentação. Pensa que foi distribuída a documentação mais do que suficiente. Todos os Deputados estão perfeitamente elucidados. Se o Executivo Camarário pretende fazer uma apresentação pública para apresentação dos seus resultados, acha bem. Faz através do seu Gabinete de Imprensa ou convoca a imprensa. Neste momento não podem discutir os slides que são apresentados, e podem ser confrontados com números que não estão propriamente corretos, não podendo discuti-los. Este argumento vem no sentido de que em situações anteriores foi-lhes prometido que a informação seria enviada e nunca lhes foi facultado nada. Foi pedida por escrito, por email, para o Gabinete da Câmara Municipal, em Assembleia Municipal, por diversas formas, está nas atas. Volta a fazer este pedido.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que autorize o Senhor Vice-Presidente da mesma a fazer uma apresentação, por uma questão de partilhar com os membros da Assembleia Municipal, por uma questão de responsabilidade, daquilo que está nos documentos. Recusa estar numa Assembleia Municipal em que a Câmara Municipal disponibiliza a sua visão e a sua perspetiva dos documentos que já foram previamente entregues, porque alguém vem dizer que todas as intervenções da Câmara Municipal têm que ser previamente escritas e dadas ao Senhor Deputado João Maria Lourenço. É o mesmo Senhor Deputado que veio há pouco insurgir-se contra a troca de informações e veio dizer que as pessoas têm que estar preparadas, têm que saber aquilo que estão a fazer. Acha que não se ouviu. Disse que é contra o facto de a Câmara Municipal apresentar uma leitura das contas. Contas que mereceram a aprovação do Executivo, onde não houve nenhum voto contra. Contas certificadas. Então, o Senhor Deputado não é bom, não tem capacidade para criticar na hora, precisa de ir estudar, ir fazer o trabalhinho de casa. Tem que se preparar. Quando estava desse lado sabia a continha toda, apresentassem o que apresentassem. Tinha-o, até do ponto de vista técnico, numa melhor consideração. Isto é a demonstração de uma impreparação inaceitável. Acha que não incomoda ninguém, pelo contrário. Têm que ter a lógica da avaliação, da comunicação pública, da

partilha da informação e não de forma condicionada. O Senhor Deputado José Oliveira veio falar na autonomia de setenta e oito por cento. Sabem o que é que isso quer dizer. Quem tem uma autonomia de quase oitenta por cento está a dizer que no ano seguinte dificilmente haverá necessidade de contração de empréstimos. Está a dar tranquilidade. É o que os números querem dizer. Há alguém, na Assembleia Municipal, que se recuse a ouvir o que os números querem dizer, ou vão fechar isto, apenas e só, a pessoas que conhecem e que habitualmente, nas suas profissões, lidam com números. Está na hora das pessoas saberem o que é que os números representam. Não repararam, mas em dois mil e nove ou dois mil e dez, tinham uma mesma autonomia, que bateu no fundo, para aquilo que eram os níveis de Óbidos desde dois mil e quatro. Já tiveram melhor. Oitenta e cinco por cento de autonomia. Quinze por cento de dependência externa. A maioria das situações no país é o contrário. Oitenta e cinco por cento de dependência e quinze por cento de autonomia. Por isso é que a maioria das Câmaras só tem dinheiro para pagar os salários e não faz nada. Aqui, quando tiveram quarenta e nove em dois mil e nove, sentiram que precisavam de dar cumprimento a um projeto, mas que precisavam de ter uma lógica de muita contenção, para conseguir segurar. É isso que acontece nos dois anos para cá. Recuperação de uma dívida de nove para cinco milhões e um crescimento dos níveis mais baixos nos últimos sete, oito anos de autonomia para níveis, outra vez, de conforto, próximo dos oitenta por cento. Se alguém não gostar dos números, paciência. Gostava que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal autorizasse o Senhor Vice-Presidente a fazer uma breve intervenção, com apresentação de alguns gráficos. É trabalho dele, que esteve a preparar, por consideração à Assembleia Municipal. Não tem que entregar tudo o que pensa e tudo o que faz antes ao Senhor Deputado. Isso é a mesma coisa que o líder do PS estar a pedir ao Primeiro-Ministro que ele revele o que tem para dizer quando vai ao Parlamento, antes de ele fazer uma intervenção. Acha que isso não tem lógica nenhuma.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não tem paciência, nem idade, nem situação, para vir à Assembleia Municipal com trabalhos, com maçadas, com despesas, para voluntariamente e generosamente participar na discussão e nas linhas de ação do Município, para lhe chamarem à atenção para coisas formais, deste tipo, em Assembleias Municipais que, às vezes, acabam às três da manhã, com pontos de trabalho que nunca mais acabam, muitas vezes com documentos extensíssimos, em que é preciso ter informação de detalhe e pormenor, para não suspender os trabalhos, e troca de impressões com os seus colegas e Vereadores. Quer deixar bem claro que a Mesa da Assembleia Municipal tem conhecimento, porque isso foi comunicado logo no início do mandato, de quem são os porta-vozes de cada bancada. Nesse sentido não vai estar, permanentemente, a pedir a interrupção dos trabalhos por dois, quatro ou seis minutos. Há troca de informações que é preciso ter, relativamente a pura informação de pormenor e que se sente no direito de o fazer. Não está para ser intimidado, nem condicionado no exercício dos trabalhos que aqui o trazem. Existe na Assembleia Municipal e tem existido, felizmente, prudência no sentido mesmo de prudência, de homem bom, na condução dos trabalhos. Também se

interroga, se por acaso, há deputados que estão na Assembleia Municipal, como deputados suplentes, sem que tenha havido qualquer suspensão de mandato de qualquer deputado, qual é legitimidade para estarem na Assembleia Municipal, para se pronunciarem e para votarem. Não sabe se têm alguma legitimidade, mas não levanta essas questões e esses problemas. Se forem por uma questão formal, essas pessoas que não sabe se podem estar na Assembleia Municipal, ou não, sem suspensão de mandato de quem quer que seja, não o condicionam no exercício do seu mandato. Isso não aceita.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse para a Mesa da Assembleia Municipal tomar rédeas destas situações. Discorda, completamente, da teoria do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de que se podem fazer apresentações de tudo, que cada um entender. Acha muito bem que façam. Dê lá as voltas que der. Chame-lhe partilhar resultados. Sobretudo, o que é dramático é resvalar para a incorreção de dizer que quem pede os dados com antecedência para os poder discutir está a demonstrar falta de preparação. Não sabe o que aparece nos gráficos. O que se queixam é que em muitas situações, já foram apresentados gráficos e contagens e listagens, das quais não tinham dados para poder rebater. E o sagrado princípio do contraditório impõe que as pessoas tenham os dados para se poderem pronunciar. É uma regra geral em todas as espécies de Assembleias, desde os condomínios. Não sabe o que é que vai ser projetado. Não sabe se são os mesmos dados. Muitas vezes não são os mesmos. Já houve apresentações sobre águas, entre outras, das quais não tinham conhecimento. Foram pedidas, posteriormente, e receberam como resposta, trabalhem, vão trabalhar, vocês não querem é trabalhar. É quanto a isso que discorda. A Mesa da Assembleia Municipal faça o favor de tomar cuidado. Hoje fica assim ou façam o que entenderem, são soberanos. Tão soberano é a Mesa da Assembleia Municipal, como é a Câmara Municipal, que tem uma maioria absoluta. O que era natural é que cada vez que se faz uma apresentação e se apresentam dados, haja possibilidade de os conhecer para poder perguntar, para poder contestar, para poder retificar. Isto não é natural.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que, vergonhosamente, a bancada do PS está a conseguir o seu objetivo que é denegrir e impedir que se apresentem os bons resultados. É uma vergonha que na bancada do PS haja sempre um elemento que quer fazer este tipo de discurso baixo, que começa com ataques pessoais, que já foram respondidos pelo Senhor Deputado José Botelho. Ignorância. Inclusivamente, se calhar, até alguma falta de procedimento regulamentar para estar na Assembleia Municipal. O principal objetivo, que foi corroborado e apoiado pelo Senhor Deputado João Lourenço, foi impedir a apresentação. A questão de base do Senhor Deputado João Lourenço é a seguinte. A Câmara Municipal quer explicar, não só aos deputados do PS, porque também não têm essa importância, mas a todos os deputados presentes e passar a mensagem destas contas e os senhores deputados do PS recusam. Não querem, sequer, ouvir os resultados. Estão com medo da apresentação destes números, que já foi corroborada por toda a gente, que é boa, que é excelente, que é em contraciclo. O único objetivo que têm é denegrir estes números e não serem apresentados os verdadeiros números, num ponto tão importante

como este. Recorda-se dessas discussões que apresentaram, tendo na altura, nessa Assembleia Municipal, dito à Câmara Municipal que para além de lhes dar os dados, tem que lhes escrever as perguntas, porque eles nem isso sabem fazer.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que normalmente tenta imperar pelo bom senso. Achou esta última intervenção, pelo tom em que foi proferida, vindo da pessoa de quem vem. Esta Assembleia Municipal existe porque estão no exercício dos seus direitos. Todos têm direito à sua opinião. O que não têm direito é de serem mal-educados e achincalharem as outras pessoas. O tom com que se dizem as coisas, muitas vezes, leva a que haja um empolgamento, uma bola de neve e as coisas descambam. Em vez de estarem a dar uma boa imagem do que é uma casa democrática, estão a dar uma má imagem. Não quer que estas Assembleias Municipais sejam aquilo que eram antes, no tempo do outro Presidente da Câmara Municipal, que era sempre confusão, segundo ouviu dizer. Acha que são todos pessoas educadas, pessoas sérias, pessoas íntegras e é nessa qualidade que se têm que dedicar uns aos outros.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação das contas em diapositivos. Disse que são dados auxiliares, mas são emanados de todos os documentos que os Senhores Deputados têm, pelo que estavam ao alcance de todos. O que está aqui é um resumo de um resumo do que está no relatório. Hoje é um dia em que devem ter o orgulho bem alto, das contas e da estratégia que o Município tem vindo a desenhar nestes últimos anos. Estas contas mostram as razões pelas quais devem ter orgulho. Já hoje ouviu um deputado dizer que o Município gasta mais daquilo que recebe. Com certeza não viu este relatório, esta prestação de contas, se não, não teria dito isso. Daqui, infere-se que o Município, de cerca de dezasseis milhões de euros, apenas gastou quinze milhões de euros. Neste último ano, sem cortar serviços, sem despedir pessoas, conseguiram cortar na despesa corrente cerca de dez por cento. Conseguiram, com este corte, associado a uma redução das despesas correntes que tiveram, uma diferença entre as receitas e as despesas correntes, positiva de um, vírgula, sete milhões de euros, ou seja, um *superavit* de um, vírgula, sete milhões de euros que lhes serve para alavancar investimento e que lhes serve de folga de tesouraria. Obviamente que este conforto permite olhar para o futuro com mais tranquilidade, permite olhar para a assunção de compromissos com a tranquilidade de que vão conseguir pagar a tempo e a horas toda a dívida existente e a que possam contrair. Têm uma redução efetiva das despesas correntes em cerca de dez milhões de euros. Têm uma redução desta mesma despesa de um, vírgula, dois, que significa que no momento em que têm uma redução da receita e ao mesmo tempo, no ano anterior, tinham o delta, a diferença entre as receitas e as despesas, que era de setecentos mil euros, conseguiram passar este delta para um, vírgula, sete milhões de euros. É alguma coisa substancial. O esforço da equipa da Câmara Municipal, que saudou, fez com que se chegasse ao final do ano sem as reservas que os senhores deputados bem se lembram, das reservas de dois mil e dez, dois mil e nove, dois mil e oito, dos pareceres sistemáticos dos revisores oficiais de contas, porque não tinham o imobilizado contabilizado, porque tinham efeitos de contaminação, porque não tinham as

amortizações. Chegaram ao fim com cento e quarenta e nove milhões de euros de património, com uma amortização destes mesmos imóveis na ordem dos cinco milhões de euros. Chamou a atenção de que é possível que na próxima prestação de contas possam ter valores diferentes. A equipa de *out sourcing* que fez a análise de todo o imobilizado colocou taxas de desvalorização muito elevadas, mesmo na opinião dos revisores oficiais de contas. Na opinião deles, o património teria de ter uma amortização média na ordem dos três, três e meio milhões de euros e tem uma amortização superior a cinco milhões de euros. Ainda assim, com estas amortizações passaram o exercício com o resultado líquido do exercício de quatro milhões e meio de euros. Sabem quanto é que representa a dívida a curto prazo no todo do património do Município, quatro, vírgula, dois por cento. Sabem quanto é que representa a dívida de médio e longo prazo no todo do ativo, cinco por cento. Isto não deve ser um instrumento de combate político, mas na defesa da instituição, têm que ser portadores de informação para saberem defender a instituição lá fora, independentemente da natureza política ou da maior ou menor simpatia com aqueles que foram os eleitos e os escolhidos pelo povo. Desta dívida de cinco, vírgula, oito milhões de euros a fornecedores, em dois mil e dez tinham cerca de sete milhões, vírgula, sete, reduziram de sete, vírgula, sete para os tais seis, vírgula, cinco. Destes seis, vírgula, cinco, têm cinco, vírgula, oito, que é a dívida a fornecedores. Destes cinco, vírgula, oito, quatro, vírgula, sete milhões de euros têm acordãos de pagamento. Os fornecedores já receberam. A lei do orçamento e a lei da execução orçamental de dois mil e doze veio dizer aos Municípios, ao país, que tinham de reduzir cerca de dez por cento do *stock* da dívida, o que significava, nas contas da Câmara Municipal, um, vírgula, dois milhões de euros. Sabem quanto é que a Câmara Municipal, antes do orçamento geral do estado, antes da lei da execução orçamental, está a reduzir no *stock* da dívida por ano, dois, vírgula, seis milhões de euros. Não precisam que lhes venham dizer que orientações devem seguir porque têm-se pautado por uma visão, por rigor, por responsabilidade e por muita prudência. A margem sobrança dos cinco, vírgula, oito para os seis, vírgula, cinco, tem a ver com uma coisa que se chama contratos públicos (CCP). Não há entidade nenhuma que faça uma obra para a Câmara Municipal que não tenha de prestar garantias à mesma. Esse dinheiro, obviamente, não é da Câmara Municipal, mas entra como dívida. Jamais podem pagar a um fornecedor a totalidade, enquanto não terminar obras. Também tem a ver com o pagamento de escrituras do Largo de São Marcos e com o pagamento, que já foi feito em fevereiro, do sítio onde está a escola do Furadouro, do terreno, mais cento e cinquenta mil euros. A dívida a curto prazo a fornecedores não é de cinco, vírgula, oito, ela é, praticamente de zero, vírgula, nove milhões de euros. É a diferença entre os cinco, vírgula, oito e os quatro, vírgula, sete. Terminaram a trinta e um de dezembro com um saldo de caixa de um milhão e meio de euros. Terminaram o ano com uma dívida à Câmara Municipal de onze, vírgula, sete milhões de euros. O *stock* da dívida consolidada, não é dezasseis milhões de euros, é muito menos. Se têm esse *stock* da dívida, só com isto têm onze, vírgula, sete milhões de euros para receber, mais um milhão e meio de caixa. Os onze, vírgula, sete milhões aparecem porque o Executivo, desde há

dez anos a esta parte, teve a visão, a coragem e o empenho em desenvolver em Óbidos aquilo que hoje é designado por polo turístico do oeste, onde se insere o empreendimento turístico Falésia D'El Rey. Apesar da crise, teve a coragem para levantar um alvará de dez milhões e meio de euros, pago em trinta e seis meses, em três anos. Têm dez milhões e meio, mais dois milhões e meio da dívida da Proturis. Houve muita prudência, muito rigor, muita determinação por parte do Executivo, que seguiu sempre uma linha. Porque é que as Câmaras tiveram sempre orçamentos de maior dimensão. Porque aqueles que não seguiram este caminho ficaram à porta das aprovações das candidaturas e dos fundos comunitários. Porque os fundos comunitários e as regras e os regulamentos obrigavam à inscrição dos projetos que queriam fazer, no seu orçamento e ao mesmo tempo a níveis de maturidade, a adjudicações. Se tivessem seguido aquilo que foi a política invocada pelo PS, hoje não teriam a requalificação urbana que têm no centro histórico, não teriam, porventura, a escola do Furadouro, a escola do Alvito, porventura, o EPIC, porventura, a escola secundária Josefa de Óbidos, porventura, um conjunto de requalificações urbanas que têm pelo Concelho fora e, portanto, haviam parado no tempo. Ainda bem que souberam usar os instrumentos que estavam à disposição. O Município já chegou a ter seis, sete e dez milhões de euros previstos em orçamento de venda de bens de capital. Se não fosse isso não tinham dinheiro do QREN. Isto foi cirúrgico, foi estratégico, ainda bem que o fizeram. Hoje estão no *ranking* dos cem Municípios de centro, na pule final, na possibilidade de ir buscar mais dinheiro. Sabem quanto é que têm de obras que não têm o mínimo de participação da União Europeia, desde dois mil e sete a esta parte, quase seis milhões de euros, que espera que o Município tenha condições para candidatar ao QREN e receber os oitenta, oitenta e cinco por cento. Isto mostra que está com saúde, porque investiu mesmo quando não tinha dinheiro da União Europeia, mas sobretudo soube investir e soube captar dinheiro da União Europeia e dos fundos do QREN para alavancar o crescimento económico e para alavancar aquilo que é uma outra dimensão da crise, que é a crise de confiança. Hoje, no território de Óbidos não se sente tanto esta lamecha. Sabe que existe desemprego. O que seria se se mantivessem como um território deprimido como estavam há dez anos atrás. Passaram de dois mil e nove, dois mil e dez, dois mil e onze de uma liquidez de quarenta e cinco por cento para duzentos e oito por cento de liquidez geral. A capacidade de pegarem na carteira e a qualquer momento pagar algum compromisso que possam quer fazer. O Município pode viver o ano de dois mil e doze com tranquilidade. O Município não precisa da lei da assunção de compromissos para cumprir com tudo isso, porque, felizmente, os números estão a favor do mesmo. O Município tem vinte e um por cento de endividamento. Tomariam muitas empresas ter estes números. Estes números são o garante do futuro e são o garante para manterem a energia, a confiança de que têm futuro à frente. Só podem estar confiantes no futuro.-----

---Como não houve mais intervenções, foi o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e onze e o Inventário do Património Municipal de todos os bens, direitos e obrigações, relativo ao exercício de dois mil e onze postos à votação, tendo sido

aprovados por maioria, com vinte e um votos a favor, cinco abstenções e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO DESTINADO À PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE FISIOTERAPIA E DE SAÚDE E BEM-ESTAR, LOCALIZADO

NAS PISCINAS MUNICIPAIS: -Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil e um, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, as condições gerais para Concessão do Direito de Exploração de um espaço destinado à prestação de cuidados de fisioterapia e de saúde e bem-estar, localizado nas Piscinas Municipais.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se trata de procurar rentabilizar um espaço que existe nas instalações das piscinas municipais, procurando, não só, ocupá-lo, mas disponibilizar mais serviços e aumentar a oferta dos mesmos à população. Nesse sentido o que propõem é fazê-lo através de uma gestão privada. As condições são as que estão descritas. É uma proposta que visa também ter alguma prudência, tentar ver como é que as coisas vão acontecer. Não é uma proposta muito alargada em termos temporais. Na proposta também se prevê a possibilidade de a todo o momento, estando as coisas a correr bem, poderem fazer uma coisa com mais estabilidade.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que a Câmara Municipal está sempre disposta a privatizar serviços e cada vez estão mais carentes de serviços públicos. Queria perguntar se a Câmara Municipal se vai disponibilizar para ajudar as pessoas carenciadas, que vão precisar desse serviço e que o não vão poder pagar.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que, do que percebeu, vão existir candidaturas em termos de propostas para o espaço ser adjudicado. Não percebeu se existe um valor de proposta, ou não. Sobre a ideia do Município, está de acordo com a utilização que pretendem dar ao espaço, se as regras que estão propostas no acordo forem cumpridas.-----

---A Senhora Deputada Sílvia Saramago lembrou ao Senhor Deputado Custódio Santos que existe já de há uns bons anos a esta parte um projeto dedicado aos munícipes mais desfavorecidos, precisamente no espaço das piscinas municipais. Um sábado todos os meses.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que se congratula com esta orientação geral, relativamente a serviços que não são prestados. Não se trata da privatização de um serviço que já era prestado. É um serviço que não é prestado, não tem sido prestado. Fisiatria pura e dura no espaço das piscinas municipais que é complementar daquilo que já existe e que continua a ser prestado pelo Município, que é a hidroterapia. Não seria útil prever, no caderno de encargos, situações de uso desses serviços privados por alguma cota de munícipes que sejam carenciados. Não pecaria em nada, se essas situações de uso e de fruição fossem acauteladas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o texto da proposta é o texto inicial que foi à

reunião da Câmara Municipal. A Câmara Municipal depois faz uma deliberação com uma alteração, nomeadamente, e apenas essa, no prazo de vigência do contrato. Em vez de quatro anos coloca um ano prorrogável por igual período, com o limite de doze anos. Consta da deliberação da Câmara Municipal que está anexa, mas o que foi trazido à Assembleia Municipal é a proposta inicial que surgiu dentro da Câmara Municipal. Os valores estão descritos. As formas do concurso estão no regulamento desta concessão. No ponto dois têm a forma como é feita a pontuação. Não é nenhuma privatização. Não têm nenhum serviço público de fisioterapia. Não têm nenhuns fisioterapeutas a trabalhar no Município de Óbidos. O que surgiu foi uma proposta vinda do sector privado no sentido de fisioterapeutas poderem disponibilizar essa atividade no Concelho de Óbidos, num dos espaços da Câmara Municipal. Entenderam que havia um local que poderia ter características para isso e que enriqueciam, engrossavam, alargavam a oferta. É uma concessão de um espaço para que técnicos especializados nestas áreas da saúde possam desempenhar em Óbidos. Acha que deviam ficar todos satisfeitos por isso. Ele fica. O que estão a fazer, é fazer do ponto de vista administrativo, não fazer um ajuste direto, mas criar a possibilidade que qualquer fisioterapeuta ou qualquer interessado possa concorrer, cumprindo as regras de procedimento que estão para análise. Quem ganhar o concurso terá todas as condições e todas as garantias para poder executar o seu trabalho e não haverá aquela suspeita ou aquela acusação de que entregaram o espaço, também estava interessado, não deram oportunidade. O que estão a fazer com o concurso é criar oportunidades para todos. O papão do privado não tem que existir. Têm é que incentivar, acarinhar, apoiar e trabalhar conjuntamente. Já é um sítio onde se praticam outras terapias. É um espaço com uma ótima localização. Poder até, sendo bem divulgado e sendo praticado um bom serviço, criar uma dinâmica muito interessante e fortalecer também do lado da Câmara Municipal a utilização das instalações. Este é o exemplo típico em que uma parceria com os privados e com áreas que não têm, podem chamá-las a ter e a desenvolver no Concelho de Óbidos. Não se trata de fazer uma substituição entre um serviço que já era público e que agora passa a ser privado.-----

---Como não houve mais intervenções, foram as condições gerais para Concessão do Direito de Exploração de um espaço destinado à prestação de cuidados de fisioterapia e de saúde e bem-estar, localizado nas Piscinas Municipais postas à votação, tendo sido aprovadas por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço questionou sobre a legalidade dos membros suplentes.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que nos termos da lei os membros considerados suplentes, quando participam nos trabalhos é tudo dentro da legalidade. No caso concreto, o Grupo Parlamentar do PS fez chegar à Mesa a indicação que o Senhor Deputado João Maria Lourenço iria participar nos trabalhos em substituição de um colega, como está previsto na lei. A Mesa, através do Presidente, validou, porque tinha que ser assim, em conformidade, e preenchia todos os requisitos.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o assunto estava arrumado.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que o Senhor Deputado João Maria Lourenço é completamente livre de solicitar à Mesa o que quer que seja. Faz um pedido de esclarecimento e a Mesa esclarece. Agora, se fica arrumado, ou não fica arrumado, relativamente ao entendimento de outros membros da Assembleia Municipal, não compete ao Senhor Deputado querer fazer essa conclusão.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que interessa, no momento concreto, colocar questões. Não é daqui a um mês voltarem outra vez com a mesma dúvida. Se há dúvidas a esclarecer, e se há mais algum ponto, que seja colocado, para não estarem a perder tempo com situações administrativas.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não se sente condicionado por este tipo de intervenções. Tem o direito de impugnar, quer hierarquicamente, quer graciosamente, quer judicialmente aquilo que entender que não é regulamentar. Não pôs uma questão, ou deixou de pôr. Pôs dúvidas e mantém as dúvidas que tinha. O facto de ter dúvidas não significa que o assunto fica arrumado, porque não fica. Os meios que tem ao seu dispor, se quiser esclarecer as dúvidas que tem, não abdica deles. Não há nenhum assunto encerrado, nem deixa de haver assunto encerrado. O que há é o facto de ter levantado uma questão e ter dito, não vai impugnar coisa nenhuma, que confirma a prudência, no sentido de bom senso e de razoabilidade na condução dos trabalhos, na presença que todos têm, na forma como lidam uns com os outros e como exercem as suas funções. Esta prudência tem existido da parte da Presidência da Assembleia Municipal. Se forem para questões de excessivo rigor formalístico, então vão encontrar problemas em muitas coisas. Não é isso que tem acontecido. As dúvidas que tem são suas, não são encerradas pelas intervenções do Senhor Deputado João Maria Lourenço.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ARTIGO SEIS, NÚMERO UM, ALÍNEA C), DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS – MUNICÍPIO

DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e noventa e seis, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Município de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, no mapa anexo, dividiram um conjunto de procedimentos, tendo em conta os anos de valor que se estima para a despesa, a partir do momento em que se inicia a adjudicação dos mesmos. O fornecimento de cimento dura um ano, mas não começou em janeiro de dois mil e doze, começa numa parte de dois mil e onze e estende-se para os anos seguintes. Em relação aos outros é a mesma coisa.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da lei

número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Município de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.--

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOSEFA DE ÓBIDOS – APÓS APROVAÇÃO DE PEÇAS RETIFICADAS E DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil oitocentos e trinta e três, de nove de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – após aprovação de peças retificadas e da prorrogação do prazo de apresentação das propostas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, basicamente, há uma repartição de encargos onde se prevê fazer a despesa. Demonstra-se que está em concurso a Escola Secundária Josefa de Óbidos. É um concurso público internacional. Pretendem ainda no verão fazer a adjudicação. Há uma parte de dois mil e doze com despesa, dois mil e treze é ano da conclusão, mas estima-se que ainda haja despesa para lá da conclusão, o que é normal. A evolução financeira não é exatamente a mesma que a execução física. A execução financeira só se encerra com auto de encerramento da obra, na sua componente financeira e essa estende-se para além da sua conclusão física. Têm um milhão em dois mil e doze, quatro milhões e tal em dois mil e treze, que é o grosso. Depois é provável que passe para os meses de dois mil e catorze, para o início de dois mil e catorze. Hoje é muito normal a repartição de encargos. É com base no preço base. Não será, necessariamente, este o preço da obra. O preço da obra é o preço pela qual é adjudicada. O preço base é o máximo que um concorrente pode apresentar na proposta. Se apresentar uma proposta acima do preço base, é excluída do concurso. No máximo, esta escola iria custar seis milhões e duzentos, mas se for adjudicada por cinco e tal esse será o preço final e, portanto, haverá depois um refazer desta repartição de acordo com o preço exato da adjudicação.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a sua intervenção era mais para frisar o seu regozijo e o do PS, relativamente às obras que vão ser realizadas. Espera, muito sinceramente, que esta escola seja um exemplo daquilo que se passou também nas Caldas da Rainha. A escola Rafael Bordalo Pinheiro foi alvo de alterações de estrutura enormes. Ninguém queria ir para aquela escola. No fim de haver aquelas obras tão profundas, toda a gente quer ir para lá. O aproveitamento escolar melhorou. Os alunos sentem-se lá melhor e os professores também. Desejou que isso também aconteça com esta escola.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que há um investimento relativo à parte da climatização, mais ou menos de um milhão de euros. Quando pensam em sistemas que foram montados no Alvito e Furadouro, que foram, se calhar, menos caros que este e que estão muitas vezes desligados por consumirem muita energia, já uma vez abordou essa temática numa Assembleia Municipal, não sabe se

não haverá alternativa à climatização que está prevista para a escola, de forma a que funcione bem e que seja no âmbito das renováveis, que tanto este Município também tem lutado por isso.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que há muito que aquela escola havia de ter sido reabilitada às condições atuais. Há ali salas que não têm respiração quase nenhuma, não têm qualidade, nem aquecimento, inclusive no rés-do-chão. Tem muita humidade. Espera bem que as obras sejam concluídas o mais depressa possível.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que vão fazer esta obra. A seguir, têm também um pedido, no âmbito do procedimento que está em curso, de solicitar autorização da Assembleia Municipal para um novo prazo. Vão procurar fazer esta obra de forma rápida, mas há limites. É uma obra muito grande, estão a falar de mais de dez mil metros quadrados de construção. É mais trinta por cento que o complexo. Por isso também é mais cara do que um dos três complexos que têm no Concelho, que ronda os sete mil metros quadrados, sobretudo os últimos dois, o Alvito e o Furadouro. É uma intervenção muito desejada e que concluí uma fase de criação de um parque municipal escolar de ponta e com condições. Esta escola terá condições de formação de excelência, em laboratórios, em salas específicas, que hoje não existem. O programa integrou um conjunto já de perspetivas que estão ligadas a um projeto educativo. Isto tudo faz parte da visão que existe e da relação que foi construída entre o Município e o Agrupamento, entre a liderança da escola. Vai ser um ano de loucos. O ano letivo dois mil e doze, dois mil e treze terá um impacto de obras naquela escola. Estão muito preocupados em minimizar esse impacto, mas não há alternativa. Não conseguiram, nesta altura, ter uma alternativa melhor. Ao fim de três anos de projetos e de tentar arranjar apoios para concretizar esta velha ambição, que é também um momento de regozijo para toda a população e para todos, estão a deliberar sobre estas questões procedimentais para um grande concurso. Será a maior obra feita pelo Município de Óbidos na sua história, até agora. Está convencido que será mais um grande investimento, não um elefante branco. Ainda não fizeram nenhum e não querem fazer. Edifícios ocupados, usados, utilizados, postos ao serviço do desenvolvimento, das famílias; é para isso que trabalham nas contas, na saúde financeira, para terem capacidade de continuar a oferecer esta dinâmica. Há muito poucos municípios que se podem dar ao luxo de estarem a aprovar procedimentos de concursos públicos internacionais. Como prometeu, já lançaram dois daí para cá, os edifícios centrais do parque tecnológico, através da OBITEC, e agora esta escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos. Encerram aqui um ciclo, desde o pré, com todos os jardins, todas as renovações e depois o ensino básico, com três grandes complexos e agora a escola secundária. Serão um dos melhores concelhos em termos de oferta educativa, a nível internacional.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização de repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – após aprovação de peças retificadas e da prorrogação do prazo de apresentação das propostas posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOSEFA DE ÓBIDOS – APÓS APROVAÇÃO DA REDUÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil oitocentos e trinta e quatro, de nove de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – Após aprovação da redução do prazo de execução.-----

---Como não houve intervenções, foi a autorização de repartição de encargos por vários anos económicos da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos – Após aprovação da redução do prazo de execução posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – PARA CONHECIMENTO, DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E B) DO NÚMERO UM DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS – MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil oitocentos e vinte e oito, de nove de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, a declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Município de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se trata de cumprir a lei oito. Esta terrível lei que os municípios hoje têm a braços e a administração pública toda. É preciso dar conhecimento à Assembleia Municipal de um conjunto de declarações. Aqui estão elas-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que isto precisa de ser regulamentado, o que ainda não aconteceu. Se a Câmara Municipal não cumprisse, parece-lhe que não cometia erro nenhum. A lei devia ser regulamentada e não foi. A Câmara Municipal aqui usou um zelo bastante notável e de ser salientado.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Associação Nacional de Municípios tem esse entendimento. A Câmara Municipal não tem. Acham que uma lei entra em vigor a partir do momento em que a própria lei determina a sua entrada em vigor. Independentemente da aplicação do decreto regulamentar e desse tipo de polémicas, que foi agora a Conselho de Ministro, a Câmara Municipal atuou logo. A lei saiu em fevereiro. Demoraram uns bons quinze dias a estudar e a tentar compreender a lei, reuniram os serviços e começaram a aplicá-la. Acha que é esse tipo de preparação técnica e exigência que é importante também que se saiba que a Câmara Municipal tem. A lei obriga a um conjunto de procedimentos, obriga a encargos, do ponto de vista administrativo, muito maiores, obriga a uma série de restrições, a um conjunto de autorizações que têm que ser pedidas, ou à Câmara Municipal,

ou, neste caso, dar conhecimento à Assembleia Municipal. Não se vão juntar a ela sobre o chapéu de que enquanto não vier a regulamentação vão vivendo, esquecendo que ela existe. Não entende isto como excesso de zelo. Entende isto como um cumprimento rigoroso e uma aplicação imediata da lei. Procuram até, em sede da Associação Nacional de Municípios e junto de um dos Secretários de Estado, dar um contributo específico para melhoria da lei em sede do decreto regulamentar. Também é importante que se saiba que fizeram esse trabalho, não tanto porque a lei os atinge, mas porque atinge outros e cria muitas dificuldades operacionais, do ponto de vista prático, a muitas autarquias e à própria administração central. Do ponto de vista dos princípios, limitar o endividamento, ter prazos relativamente curtos de pagamento. Estão todos de acordo. Isso tinha que ser feito e tinha-se chegado, de facto, a uma situação completamente descontrolada e com tomada de decisão que implica despesa, sem nenhum tipo de controlo, fase à existência desse tipo de limites. Mas há perspectivas que teriam que ser melhoradas no decreto regulamentar. Foi-se longe nalguns campos, noutros não, como gostariam, mas vão ver os reflexos dos impactos desse decreto regulamentar no futuro e ver se não terá que ser corrigida, como, eventualmente, alguns podem pensar neste momento.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO OITO – PARA CONHECIMENTO, DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E B) DO NÚMERO UM DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS – ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M.: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil oitocentos e trinta e um, de nove de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos – Óbidos Patrimonium, E.E.M.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é a mesma coisa. Na declaração de pagamentos em atraso existentes em trinta e um de dezembro de dois mil e onze há uma coluna que diz implicações do atraso no pagamento. Os serviços colocaram acordo de pagamento, e, uma das implicações é poderem ter juros de mora. O valor que está na coluna da esquerda não significa que seja o valor do juro de mora. Pode haver ou não. O que existe é o montante da dívida e não o montante da mora. Pode não ser aplicado juro de mora.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – PARA CONHECIMENTO, DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E B) DO NÚMERO UM DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS – ÓBIDOS REQUALIFICA, E.E.M.: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil oitocentos e trinta e dois, de nove de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, declaração emitida nos termos das alíneas a) e b) do número um da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

fevereiro, Lei dos Compromissos – Óbidos Requalifica, E.E.M.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E ONZE, DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M., PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de dois mil e onze, da Óbidos Patrimonium, E.E.M.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que tinha algumas questões que gostaria de colocar, mas gostava de poder ouvir primeiro a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o pedido de informação que fizeram, há cerca de um mês, sobre umas determinadas rubricas da Óbidos Patrimonium. Não receberam essa informação.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estão a dar conhecimento de um documento e não de outras situações relacionadas, seja com a Câmara Municipal ou as empresas municipais. Não faz parte do Conselho de Administração e as questões que são remetidas às empresas são decididas pelos Conselhos de Administração. O que pode é referir o pedido de obtenção de esclarecimentos ou de informação que o Senhor Deputado faz nesta Assembleia Municipal em relação a um pedido anterior que fez.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que foi apresentado um pedido, por escrito, diretamente à empresa Óbidos Patrimonium. Uma série de documentos. Não foi em Assembleia Municipal. Parece-lhe que este enquadramento e este âmbito de discussão de apresentação de contas é o momento adequado para discussão dessas questões. Se o Senhor Presidente da Câmara Municipal não é responsável, com certeza que está alguém presente, como o Senhor Vereador Humberto Marques que é, se não está em erro, Presidente da Óbidos Patrimonium. Era importante esclarecer estes pontos. Se efetivamente têm possibilidade de responder às questões que foram colocadas, se não vai ter de elaborar de uma outra forma a sua questão.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que houve uma conversa, hoje, entre o Administrador da Óbidos Patrimonium e a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, que combinaram a entrega da informação adicional que tinha sido solicitada. Não é competência da Assembleia Municipal a sua aprovação. Será dada uma resposta por escrito.-----

---- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que queria perguntar, uma vez mais, estando presente o administrador da empresa, se queria responder a algumas das questões que foram colocadas. Pode não ser competência da Assembleia Municipal, mas certo é que é da competência dos Deputados da Assembleia Municipal requererem essa informação. Foi requerida, atempadamente, há um mês atrás, e a informação não aparece. São diversos os exemplos que têm tido nos últimos anos e, nesta legislatura, de diversas situações em que pediram informação e ela não chega, por vários e diversos motivos. Neste

caso concreto, o e-mail foi enviado no dia vinte e seis de março. A meio do mês de abril reconfirmaram se esse e-mail tinha sido rececionado. Foi-lhes confirmado que sim e que estava para ser passada a informação. Hoje souberam que o Senhor José Parreira só segunda-feira é que recebeu a informação. São coisas muito simples, muito básicas, de gestão. Faz-lhe confusão que não se consiga obter, mesmo que não seja de todos os documentos, alguns dos elementos. Uns são referentes a dois mil e dez, outros a dois mil e onze. Isto é um ponto importante, para a transparência, para se saber do que é que se anda a falar, ainda mais, quando vai haver fusão das empresas. Há um problema que tem a ver com o rigor das contas. O orçamento apresentado pela Óbidos Patrimonium, referente a dois mil e doze, tinha em todos os mapas dois mil e onze. No mapa de gestão, agora entregue, na página quinze, têm valores que não são orçamentados, um milhão e seiscentos mil euros. Na página dezasseis têm quatrocentos mil euros de subsídio da Câmara Municipal. Soma dois milhões de receitas. Na página dezoito têm gastos de dois milhões e quatrocentos mil euros. Isto quer dizer que a empresa teve um prejuízo de quatrocentos mil euros. Claro que não. O que é que resulta. Primeiro, o orçamento, no valor de oitocentos mil, foi retificado para quatrocentos mil. Nunca houve a correção destes mapas. Doutra forma não continuariam errados. Se estão no mapa, porque é que estão. Não faz sentido. Dá ideia que a empresa partia para o ano de dois mil e onze com a previsão de prejuízos de quatrocentos mil euros, o que não tem cabimento. Os fiscais, os auditores viram isto, de certeza. Deve ter havido um valor retificativo, ou não, não sabe. Na página vinte e quatro do fluxo de caixa os valores referentes a dois mil e dez não têm os valores corretos, não somam. É extraordinário que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o valor total das despesas de dois mil e onze é cerca de dois milhões de euros. É interessante reparar que este orçamento estava previsto para cerca de um milhão e seiscentos mil euros e um subsídio de oitocentos mil. Interessante também, como ao subsídio é retirado quatrocentos mil, nada é ajustado nas despesas nem nas receitas. Não houve um outro mapa que dissesse que afinal estimam que vão faturar mais. Interessante que quem tem estas contas nunca se preocupou em pensar que se calhar já tinha esses quatrocentos mil garantidos, ou não. É esse valor que não consegue entender e que não fecha nas suas contas. O rigor dá a informação à oposição. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tem uma grande preocupação na transparência. Diz que quando estava na oposição sabia os números todos. Como está aqui, não se exige que saiba, o que se exige é que tenha alguém que consiga suportar isso. Na sua bancada, por vezes as pessoas têm necessidade de andar para um lado e para outro, para tentar deter esse detalhe todo, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha. São dinheiros públicos. São dinheiros da Câmara Municipal. São dinheiros de todos. Se não conseguem entender como é que a Óbidos Patrimonium funciona, ou funcionava até hoje, mais difícil ainda vai ser quando ela ficar com a Óbidos Requalifica. Era determinante perceber e fechar estas contas. Não consegue perceber os valores das receitas.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse ao Senhor Deputado João Maria Lourenço que falou tanto,

tanto, que ele não percebeu nada. O Senhor Deputado mistura fluxo de caixa com proveitos e com orçamento. Não sabe onde quer chegar. Fluxos de caixa são situações financeiras de entradas e saídas de dinheiro. Proveitos é aquilo que se realizou durante o ano e podem estar, ou não, recebidos. Orçamento foi aquilo que se orçamentou que pode ser realizado, ou não. Gostaria de lhe saber responder, mas era preciso perceber onde é que o Senhor Deputado queria chegar. Não conseguiu perceber onde quer chegar, a não ser baralhar e dar de novo na Assembleia Municipal, porque, se calhar, todos ficaram como ele, ou pior ainda.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não vai entrar nessa história. O que têm é o relatório de contas da gerência do exercício de dois mil e onze. Não há que fazer confusão nenhuma entre o orçamento de dois mil e onze e a conta do mesmo ano. O que apreciaram foi a conta, ou seja, qual é que foi a execução orçamental, que é aquilo que foi feito. Foi só subtrair, diminuir, diminuir o orçamento da despesa da Óbidos Patrimonium. Foi feito um orçamento retificativo o ano passado e que baixou, substancialmente, a despesa e agora essa despesa, substancialmente diminuída, aparece aqui retificada, o que é normal. Uma coisa é a conta, outra coisa é o orçamento e a retificação que houve, no sentido de baixar a despesa. Foi exatamente isso que se quis fazer, foi exatamente isso que foi feito e foi exatamente isso que foi executado. Está o Senhor Deputado João Maria Lourenço com uma alínea que estava a mais neste orçamento. Não sabe bem se estava lá, a menos ou a mais, um milhão de euros, para encontrar prejuízo ou resultado positivo. Sendo esse o número, mostra bem como foi feita a contenção orçamental. Seria normal que, relativamente à conta de dois mil e onze, se tivesse em linha de conta a diminuição que se fez ainda, ainda mais, e não à conta do orçamento para dois mil e doze. Fazer-se o balanço da atividade da Óbidos Patrimonium. Com muito menos despesa, com muito menos financiamento, foi capaz de fazer eventos de grande efeito. Esse exercício da atividade com menos meios, menos recursos, mantendo um nível que é particularmente exigente e louvado, é que deviam olhar, ver e fazer salientar. A questão do PS não é a transparência, é obscurecer sempre. As coisas são sérias. Trata-se da competência de profissionais altamente qualificados, com brio e com imensa capacidade, que se entregam ao desenvolvimento do Concelho e merecem uma consideração e respeito, pelos membros da Assembleia Municipal, que pelos vistos e infelizmente não é unanime.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que se referiu ao orçamento, mapa de caixa, mapa de resultados. Com a explicação do Senhor Deputado José Oliveira percebeu a evolução dos mapas e a interpretação a dar a cada um deles. Concretamente, o que referiu, é que muitos estão errados, não estão corretos. Orçamento não está correto. O mapa de caixa não está correto. Referiu que havia um valor que aumentava, é o valor de prestação de serviços. Não vai ter questões concretas sobre a apresentação de resultados, porque pediu informações concretas, sobre uma série de rubricas e uma série de elementos. Há, efetivamente, questões que gostava de discutir quando tivesse outro tipo de informação. Podem pedir informação. Vale a pena. É uma chatice para todos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ouvir um membro da Assembleia Municipal, que nem sequer tem responsabilidade na aprovação das contas da empresa, elas estão feitas, dizer que há informação que não está correta, é uma leviandade, no mínimo. Leu o que diz o ROC, que faz a certificação legal das contas. Para o Senhor Deputado, o que está escrito não vale nada. Está convencido que nem com um monte de informação o Senhor Deputado lá vai. É do Benfica e hoje estava a torcer pelo Sporting, mas há casos em que os suplentes não resolvem. Quando se está a fazer uma apresentação com base na informação da conta, retirada daqui, por dois slides, o Senhor Deputado teve a insensatez de não se dignar estar presente na Assembleia Municipal para ouvir o esclarecimento do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que tem a área financeira e está na Assembleia Municipal. O Senhor Deputado não tem nenhuma autoridade moral, esta noite, para vir pedir informação, seja ela qual for. Ainda por cima numa matéria que não é da sua competência. Não é competência deste órgão. Que questão política é essa. Crise, menos vendas. A empresa consegue, mesmo assim, fazer dois milhões de receita. Desses dois milhões há um peso da Câmara Municipal de quatrocentos mil. Esses quatrocentos mil que inicialmente estavam para ser oitocentos. A empresa municipal acabou por não ter os oitocentos, só teve quatrocentos da Câmara Municipal, fechou as contas com essa receita do contrato programa. Mesmo assim conseguiu ir buscar o resto ao mercado. Reduziu a dívida. Faz o trabalho que lhe compete. Não são dinheiros da Câmara Municipal. É uma conta de uma empresa que é detida pela Câmara Municipal. É uma conta de uma empresa municipal. É uma conta, que do ponto de vista político os orgulha. Não vale a pena estar a lançar uma coisas, a tentar criar um facto sobre os números. Os números estão aqui, estão certificados. Não tem, também, sequer autoridade técnica para pôr em causa a certificação legal destas contas, dizendo que elas não completam. Isso é pôr em causa a idoneidade profissional do revisor oficial de contas. Isto é uma entidade externa independente. Não está a falar do Conselho de Administração que as subscreve e as remete para a Câmara Municipal. Está a falar de pessoas externas e que têm a obrigação de fazer a certificação das contas. Consegue fazer dois milhões de receita, consegue baixar para metade o contrato programa e mesmo assim fazer o que fez durante o ano de dois mil e onze. Qual é o seu problema? O seu problema é o de sempre, é o sucesso. O sucesso da empresa, a capacidade que têm de dar notoriedade ao território e a Óbidos. Esse é que é o problema. A Assembleia Municipal tem informação, não tem competência nem responsabilidade, a Câmara Municipal já se pronunciou. Quer saber, porque isto tem implicações na futura reorganização. O Senhor Deputado é um suplente muito bem-vindo. A Câmara Municipal aprovou a reorganização por unanimidade. Se o Senhor Deputado não sabe honrar os compromissos que são estabelecidos entre as forças políticas, entre os representantes da população, então o Senhor Deputado é um suplente desestabilizador. Ou então precisa de fazer melhor o trabalho de casa, ou então perceber que está, pelo menos, a desautorizar o Vereador, que ainda por cima o convidou para ir na lista. Não entrou ali, também não entrou aqui, agora já aqui está, tudo bem. Esta reorganização não tem nada a ver com a

conta de dois mil e onze. Vão falar de reorganização, não vão falar de contas, nem de orçamentos. A próxima Assembleia Municipal é apenas de aprovação de documentos que são a base, a estrutura jurídica, da futura empresa. Não têm nada que ver com contas, com orçamento, com atividade, com a organização. Nessa Assembleia Municipal quer adiantar qual será a visão, quais serão os princípios que irão nortear o futuro da empresa. Ou conseguem ter alguma maturidade, do ponto de vista político, ou cada vez que estão a falar de uma coisa, falam de outra. No dia vinte e quatro de maio não é esse o assunto que estará a ser discutido. É outro assunto. Devem ter um bocadinho de rigor e um bocadinho de enquadramento formal sobre as questões.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que a verdade é que não foi respondido aquilo que se pediu. Os dados não estão cá e foram pedidos há mais de um mês. Isso não dá direito a ninguém de dizer que não tem autoridade moral, a fazer chicana com o problema de ser suplente, a falar do Benfica. Não é sério estar a levantar esses problemas, nem estar a desconversar quando a questão fundamental não foi respondida. Muitas das partes que não foram respondidas é porque foram pedidos há mais de um mês elementos e ninguém os deu.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que as suas observações foram feitas ao relatório de gestão e não às contas em concreto, obviamente. O que está em causa e o que referiu é que o relatório de gestão que lhes foi enviado não tem estudos corretos. Não são as contas. Essas foram todas certificadas. O que diz é que os elementos quando são transportados para o documento que depois lhes chega, posteriormente, não estão corretos. Quando faz observações, no âmbito da Assembleia Municipal, procura ter uma exigência consigo próprio de se cingir à questão objetivamente e com a objetividade concreta. Não tem tentado aproveitar a sua intervenção para fazer comentários viscosos acerca de todas as outras pessoas da Assembleia Municipal. Parece-lhe que seria de toda a pertinência, para todos, que quando fizessem uma intervenção se dirigissem objetivamente aos assuntos que os trazem à Assembleia Municipal e não passassem demasiado tempo a dirigir piadas, recomendações ou comentários viscosos a qualquer outra pessoa. Não tem que ter ou deixar de ter a simpatia de todas as pessoas que estão na Assembleia Municipal, no entanto abstém-se de fazer, dentro da medida do possível, comentários.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que a bancada do PS e o Senhor Deputado João Lourenço têm um amor de estimação pela Óbidos Patrimonium. Não quer dizer que não tenha algum erro de contas, ou alguma coisa que, eventualmente, fosse mal redigida. Perguntou se o Senhor Deputado João Lourenço se lembrou de dizer que este ano foi o ano em que a Óbidos Patrimonium mais faturou no Festival de Chocolate. Aquilo que lhe parece é que a Óbidos Patrimonium está constantemente debaixo de fogo e a maior parte das vezes sem razão. Perguntem lá fora o que é que a Óbidos Patrimonium faz no Concelho, o que é que ela faz mexer.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----PONTO NÚMERO ONZE – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO

EXERCÍCIO DE DOIS MIL E ONZE, DA ÓBIDOS REQUALIFICA, E.E.M., PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de dois mil e onze, da Óbidos Requalifica, E.E.M.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOZE – PARA CONHECIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O PROCESSO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE TRÊS PRÉDIOS URBANOS SITOS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE ÓBIDOS E PROPOSTA DE NOVA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e noventa e sete, de dezoito de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, a deliberação da não adjudicação da Câmara Municipal sobre o processo de alienação em Hasta Pública de três prédios urbanos sítos na freguesia de São Pedro de Óbidos e proposta de nova alienação de um prédio urbano sito na freguesia de São Pedro de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se não se dividia em duas partes. A primeira parte para conhecimento e a segunda parte para deliberação.-----

---A Senhora Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal disse que a Assembleia Municipal apenas tem que autorizar a alienação quando for superior a cerca de duzentos e sessenta mil euros, o que não é o caso.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o documento fala de um contrato de arrendamento que estará anexo ao documento, mas não foi enviado. Fala-se, e muito bem, na preferência que tem que ser dada ao IGESPAR, mas no seu modesto entendimento, para além de ser dada a preferência ao IGESPAR, também deve ser dada a preferência aos inquilinos do restaurante que, tanto quanto sabe, não sabe se esta informação é correta, ou não, parece que há ali um conflito grave e judicial entre as partes envolvidas, mas a Câmara Municipal é que é a dona do património. Relativamente ao preço do imóvel, é com pena que a Câmara Municipal não tenha feito este encaixe de dinheiro. Seria bom para todos. Não lhe parece que dizer apenas que o preço se encontra desajustado do atual contexto económico e financeiro, seja suficiente para alterar o valor que foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Parece-lhe que se deveria ter pedido um relatório externo, tal e qual como foi para a primeira avaliação, para se chegar a um valor, embora a um preço inferior, para a Câmara Municipal ter um encaixe suficiente e não perca com este negócio.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o documento fala de um contrato de arrendamento que estará anexo ao documento, mas não foi enviado. Fala-se, e muito bem, na preferência que tem que ser dada ao IGESPAR, mas no seu modesto entendimento, para além de ser dada a preferência ao IGESPAR, também deve ser dada a preferência aos inquilinos do restaurante que, tanto quanto sabe, não sabe se esta informação é correta, ou não, parece que há ali um conflito grave e judicial entre as partes envolvidas, mas a Câmara Municipal é que é a dona do património. Relativamente ao preço do imóvel, é com pena que a Câmara Municipal não tenha feito este encaixe de dinheiro. Seria bom para todos. Não lhe parece que dizer apenas que o preço se encontra desajustado do atual contexto económico e financeiro, seja suficiente para alterar o valor que foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Parece-lhe que se deveria ter pedido um relatório externo, tal e qual como foi para a primeira avaliação, para se chegar a um valor, embora a um preço inferior, para a Câmara Municipal ter um encaixe suficiente e não perca com este negócio.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou à Senhora Deputada se acha que o valor é baixo.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que no documento é que se diz que o valor é desajustado ao atual contexto económico e financeiro. Vai ter que se encontrar um valor mais baixo para se tentar

fazer o negócio. O que não lhe parece prudente é fixar um valor sem se recorrer a um relatório de avaliação externa, porque há o valor do mercado, há o valor do imóvel e há o valor pelo qual se consegue vender. Nem sempre o valor dos imóveis, como é aqui o caso, é o valor pelo qual se consegue vender. Todos estão interessados em que a Câmara Municipal faça o maior encaixe possível.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o relatório que foi feito acabou por não valer nada, porque o mercado não apresentou nenhuma proposta. Não percebe qual seria a utilidade de fazer acompanhar um relatório, a não ser subscrever o que todos criticam. Estão a falar de um preço base. O mercado, verdadeiramente, fixará o valor. É disso que a Assembleia Municipal tem que tomar consciência. Estão a propor um valor base de cento e sessenta, mas pode ser vendido por quinhentos mil, o que não acredita. Trata-se de um imóvel onde existe um café. A Câmara Municipal, ao adquirir o imóvel, ficou proprietária. Têm um Senhor que paga uma quantia brutal de renda. Têm, aqui, uma situação, que não lhes interessa nada. Dão oportunidade ao rendeiro de poder ser proprietário, ou de outra pessoa qualquer poder ser proprietária. À Câmara Municipal não interessa. Sobre o valor, o mercado o dirá, com a apresentação das propostas. Desceram para cento e sessenta, mas pode ser vendido por duzentos, outra vez. Não é necessário fazer um relatório para fazer esta alteração. É uma tentativa da venda do imóvel, que não correu bem da primeira vez.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que aquilo que lá está não é nada do que era antes. Não lhe parece que aquilo seja, nas condições de higiene e ambiente em que está, sendo logo o primeiro estabelecimento junto ao parque de estacionamento, não é, de certeza absoluta, o melhor cartão-de-visita para a Vila de Óbidos. Aquilo tem um ambiente horrível. A nível de higiene dá má imagem, porque é, ou o último quando as pessoas se vão embora, ou o primeiro quando chegam. Dá má imagem.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço perguntou o que é que faz prever que este é o valor correto. Quem é que lhe diz, ou qual é a ideia do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Porquê esse valor.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não é ele que determina isso. Quem determinou foi a Câmara Municipal que aprovou por unanimidade esse valor, como um valor possível, como tantos outros podiam ser apontados, para definir uma situação de preço base, mais nada. É apenas uma proposta. Daí para baixo não estão autorizados. Tem que ser visto na lógica de quem quer vender pelo valor mais elevado possível. Estão a colocar um limite, que é os cento e sessenta. Por menos de cento e sessenta a Câmara Municipal não aceita vender.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE

JANEIRO: - O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse para lerem a informação escrita. Ficou satisfeito com uma coisa. Ver o colégio dos Presidentes de Junta votar as contas de dois mil e onze, foi um ano difícil, são contas de excelência, por unanimidade. Votaram todas favoravelmente. As Juntas sabem que o palco da atividade da informação escrita é as freguesias, é o território. Não há território que não seja coberto por freguesias, como é natural. Há um esforço. Apreciou muito o que o Presidente da Associação disse. Outros Presidentes o disseram noutros locais, no esforço, no respeito pelo compromisso que a Câmara Municipal tem em honrar as transferências para as Juntas de Freguesia. Elas têm as suas equipas, têm os seus homens, têm as suas contas para pagar. É uma máquina que todos os dias cuida do bem-estar de quem lá vive, de quem as visita e para que as aldeias possam ter o maior conforto urbano possível. Há municípios que atribuem por mandado, às Juntas de Freguesia, aquilo que a Câmara Municipal atribui por ano. Ter o apoio da Juntas na aprovação das contas é algo que o deixa satisfeito.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO CATORZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO

PÚBLICO: - Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma hora e vinte minutos do dia vinte e sete de abril do corrente ano. E eu José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, lavrei esta ata que vou assinar.-----